

Queixadas

Por trás dos
7 anos de greve



Queixadas

Por trás dos
7 anos de greve

Jéssica Moreira

Larissa Gould

◀ Ilustrado por:

Carlos Marinho da Silva (CMS)

Aos meus pais, Luzia e Sebastião, e à minha avó, Laurentina, que, assim como os queixadas, sempre se mantiveram firmes na luta diária de nossa família.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado e me ensinou os valores que me norteiam até hoje.

Jéssica e Larissa

Editoras: Jéssica Moreira e Larissa Gould

Coordenação editorial: Vanderlei Dias

Revisão: Marialda Almeida

Projeto gráfico: Renato Buti

Diagramação: Renato Buti

Capa: Carlos Marinho da Silva (CMS)



André, Jéssica Aparecida Moreira

Queixadas – Por trás dos 7 anos de greve / Jéssica Aparecida

Moreira André, Larissa Gould de Assis, 2013.

166 p.; 21 cm.

1. Sindicalismo 2. Queixadas 3. Perus I Assis, Larissa Gould

de. II. Título.

Sumário

| | |
|---|-----|
| Prefácio..... | 12 |
| Introdução..... | 15 |
| Parte 1: um bairro emerge sob minérios | |
| 01. Perus: onde tudo começou..... | 23 |
| 02. Trilhos abertos para a fábrica de cimento nasce a Companhia de Cimento Portland Perus..... | 29 |
| 03. O tempo da fábrica marcava o tempo..... | 35 |
| 04. Entre os muros da Fábrica..... | 41 |
| 05. O nascimento do mau patrão..... | 57 |
| Parte 2: A Grande Greve | |
| 06. Firmeza – Permanente: uma luta não violenta..... | 65 |
| 07. A greve dos 46 dias..... | 73 |
| 08. Queixada que enfrenta Tubarão..... | 77 |
| 09. Não parou por aí – lutas de 1959 a 1961..... | 91 |
| 10. 14 de maio – param os fornos..... | 97 |
| 11. Queixadas x Pelegos..... | 117 |
| 12. Abdalla fecha o cerco..... | 123 |
| Parte 3: A recompensa | |
| 13. O fim da greve dos sete anos..... | 141 |
| 14. O fechamento da fábrica..... | 153 |
| Posfácio..... | 159 |

Recordar é Viver!

Ao dizer palavra sobre o excelente trabalho de pesquisa histórica levado a efeito por Jéssica Moreira e Larissa Gould, sinto-me verdadeiramente honrado. Durante 25 anos, fui bispo responsável pela Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo, atuando também como bispo auxiliar de Dom Paulo Evaristo Arns e marcando presença em Perus.

O grande mérito das autoras reside em terem colocado os pés no chão da sofrida e heróica periferia de São Paulo, particularmente em Perus. Realizaram seu trabalho com o coração nas mãos, tocando suor, lágrimas, alegrias e esperanças da gente simples de Perus que faz de sua vida, feita de lutas e ternura, parte fundamental da história paulistana.

A população de Perus tem a marca pluricultural do Brasil, com típico sabor nordestino que caracteriza, aliás, os bairros da periferia de São Paulo. A história de Perus se mistura, de maneira especial, com a fábrica de Cimento Perus e a memorável greve de 7 anos, em plena ditadura militar contra o “Mau Patrão Abdalla”. Greve justa, levada avante pelos heróicos queixadas, assessorados por meu amigo Dr. Mário Carvalho de Jesus, na mística da “não violência ativa – firmeza permanente”. No Movimento Sindical brasileiro, a greve de Perus é, sem dúvida alguma, medalha de ouro! Daqueles árduos tempos, desfilam em minha mente tantos queixadas, suas esposas e filhos; queixadas como João Breno e Tião Silva, para citar dois, e padres como Matheus J. G. Vroemen, monfortino holandês com cara de cearense!

Recordar é viver! Perus me leva ao Cemitério do bairro, onde cadáveres foram empilhados, jogados, numa vala comum, durante a ditadura militar, por autoridades irresponsáveis; vala transformada hoje em Memorial! Perus me coloca diante de Povo, em tempos de chumbo, em ruas e praças da cidade, lutando por direitos básicos: saúde, educação, trabalho, justiça, segurança, moradia! Brava gente gritando em uníssono: “O Povo unido jamais será vencido!”.

O presente trabalho, que, repito, tenho a honra de apresentar, fez aflorar isto tudo em minha mente. Mas, sobretudo, é brado exigente para que se torne realidade o “Centro de Cultura dos Queixadas”, na área onde funcionava a antiga Fábrica de Cimento Perus que, mesmo tombada, como patrimônio histórico da cidade de São Paulo há 20 anos, está totalmente abandonada! Crianças, adolescentes, jovens, toda a população, clamam por este espaço cultural!

O eco do grito “O Povo unido jamais será vencido” se torna vivo neste trabalho de Jéssica e Larissa e acordará, por certo, Autoridades que dormem, diante de local, hoje abandonado, marcado pelo suor e luta dos valorosos Queixadas.

Dom Angélico Sândalo Bernardino



Introdução

Diariamente, mais de 391 mil pessoas transitam pela Linha 7-Rubi, da CPTM, que faz o percurso da Luz até Jundiaí. São milhares de histórias que, a todo tempo, se cruzam pelos trilhos do trem. E quem passa entre as estações de Perus e Caieiras, com certeza já avistou, pelo menos, a silhueta de um grande prédio. As chaminés denunciam que ali, um dia, funcionou uma fábrica. São as mesmas chaminés por onde saíam, diariamente, uma fumaça turva, carregada de pó de cimento, que se depositava nos telhados dos moradores.

Do trem, olhos curiosos ficam inquietos, até avistarem no alto de quatro grandes cilindros, o letreiro já enferrujado, trazendo as letras garrafais CIMENTO PERUS. Ao lado, a grama espessa não deixa negar, a força do tempo pairou por ali e ali permaneceu. De fora, vê-se, ainda, as vagonetas de carga, amassadas, abandonadas à ferrugem, imersas pelo mato que as rodeia. A maria-fumaça que as guiava não se enxerga, fica no imaginário, assim como as estruturas disformes de ferro que circundam aquele velho prédio.

Ali, não se ouve mais marretadas. Não se ouve mais máquinas. Não se ouve mais homens. Não há mais homens. Só silêncio. Logo na entrada, a maria-fumaça da vagoneta avistada ainda de fora, é encontrada. Depois, um cemitério de máquinas é formado sob os olhos mergulhados em tons de cinza. As únicas cores que imergem daquelas paredes amarelas são dos grafites e pichações. Por ora, trazem o colorido de uma borboleta,

por ora, a tristeza de frases suicidas. As grades de concreto remetem ao ambiente de uma prisão, deixando o clima ainda mais pesado.

Mais acima, entre o chão de taco apodrecido e o teto caindo, também cresce o mato, que alcança até as construções mais altas daquele prédio. Os buracos fundos, as escadas se despedaçando e as muitas entradas compõem o cenário daquele extenso labirinto: a Companhia de Cimento Portland Perus.

Foi ali que se deu uma greve que durou sete anos, liderada por um grupo sindical que se autodenominava queixadas, pois assim como o porco do mato de mesmo nome, uniam-se para, juntos, enfrentarem o perigo iminente.

Esses detalhes ainda estão guardados na memória de Sidnei Cruz, Arlindo Paes, Elias Aoun, Genésio de Simone, Sebastião Silva, Aroldo dos Santos, Maria Gastalho, Olga Gastalho, Olinda de Souza, Ramiro dos Santos, Aparecida Pedroso e Dair Gonçalves.

Juntar todas essas pessoas, a maioria com mais de sessenta anos, foi também grande desafio. Alguns, sequer se conheciam, tampouco sabiam que tinham um passado em comum. Seja olhando um nos olhos dos outros, ou sabendo o sobrenome da família, as lembranças logo começaram a rememorar nas falas de todos eles.

Ramiro dos Santos, 84 anos, aposentou-se trabalhando na Fábrica de Cimento, em 1986, no mesmo ano de seu fechamento. Nascido na Vila Triângulo, construída pela indústria para abrigar os operários, Ramiro

acompanhou, praticamente, o início, o meio e o fim da Perus. Trabalhou doze anos, ficou sete anos de greve, voltou após a paralisação e lá mesmo se aposentou. Foi queixada.

Irmão mais novo de Ramiro, Aroldo dos Santos, 73 anos, é um senhor de estatura baixa e corpo magro. Aposentou-se trabalhando no almoxarifado da Prefeitura de São Paulo. Morador de Perus desde que nasceu, o senhor de óculos de aro prata com ponta de couro é do tipo calado, até se sentir à vontade. Quem o vê, agora, não imagina que também é um queixada.

Aroldo, ao olhar para os filhos e viúva de seus companheiros, não reconheceu ninguém. Nem passou por sua cabeça que aquela moça loira de olhos azuis fosse a filha de um dos seus grandes amigos da fábrica. Mas quando soube, olhava pra ela e não hesitava em dizer “Quando vejo você aí na porta, nossa, lembro direitinho do seu pai!”.

A moça a qual ele se refere é Olga Gastalho, de 42 anos, é a filha mais nova do já falecido queixada, Antônio Gastalho – o padeiro – e de Maria Gastalho, a senhora de 70 anos. Fruto do casamento que se consumou durante os anos da Greve de Sete anos, Olga, agora, procura resgatar a memória da família, da qual, mesmo sem saber, faz parte Arlindo.

Arlindo Paes, 62 anos, é primo de segundo grau de Olga Gastalho, que antes do encontro só conhecia por meio do facebook. Sua mãe abrigou Maria, quando esta chegou a São Paulo, e seu avô Benedito a apresentou ao seu já falecido marido. Metalúrgico aposentado, Arlindo acompanhou a greve quando, ainda, era um menino. Ao lado do pai Orlando Paes, que

foi queixada, tomou gosto por movimentos sociais. Quando trabalhava, se negava a furar uma greve, até mesmo quando assumiu a chefia de seu setor. “Meu pai era queixada, vou entrar e furar a greve? Vou nada!”.

Sidnei Cruz, 63 anos, também herdou a veia sindical do pai, Sebastião Cruz – o Tião Carpinteiro –, um dos líderes do movimento dos Queixadas. Acompanhou de perto todas as greves. Desde o menino de oito anos, participando das reuniões junto ao pai, até assumir a presidência do Sindicato do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, na década de oitenta, cargo que ocupa até hoje. Por sua habilidade de negociação e perspicácia, o queixada é conhecido entre sindicalistas como o Raposão.

Ao lado da sala de Sidnei no Sindicato, trabalha Sebastião da Silva – o Tião Silva, 79 anos. Após ver pai e irmãos trabalhando na fábrica, teve, desde que nasceu, sua história se cruzando à da fábrica. Foi lá que o queixada aprendeu o conceito da firmeza-permanente, ideologia que guiou os sindicalistas da fábrica na luta por seus direitos. Hoje, lidera no Sindicato a Associação dos Aposentados de Perus, que procura dar vazão à história dos queixadas.

Aparecida Pedroso, 60 anos e Dair Gonçalves, 70 anos, além da vizinhança, dividem a mesma história, ambas são filhas de queixadas. As duas recordam, com saudosismo, do tempo que levavam marmita a seus pais e adentravam as dependências da fábrica. Dair, hoje, é professora aposentada e mora no mesmo local onde o pai construiu a primeira casa de tijolos da família, com indenização que recebeu dos sete anos de greve. Aparecida Pedroso, hoje faz parte dos movimentos da Igreja Católica, assim como seu pai e boa parte dos queixadas.

Tão católica quanto Aparecida, Dona Olinda de Souza, 77 anos, é viúva de Anastácio de Souza¹. A senhora, com as fotos do marido em mãos, tem como principal lembrança da greve as dificuldades que passou. Foi queixada, ao lado do marido, mas, depois, se arrependeu, principalmente por ver os filhos passarem vontades que não podia suprir.

Tempos difíceis compartilhados por Genésio de Simone, filho de queixada, que também trabalhou na fábrica nos anos setenta. O pai, assim como Aroldo e Tião, também não recebeu nada pela greve. Foi trabalhar como caseiro de um dos comerciantes locais, Seu Elias Aoun, local em que Genésio trabalha na mesma função até hoje.

Elias Aoun, de 86 anos, ex-comerciante da época da greve de sete anos, é uma testemunha ocular dos episódios. Acompanhou de longe, toda a luta queixada. Em princípio, acreditava ser uma grande loucura. Hoje, reconhece o heroísmo desses homens e sua importância para a existência de muitos dos direitos trabalhistas conquistados.

Experiências estas que, a todo momento, cruzavam-se por nossos ouvidos, impossibilitando-nos de anotar. Restando-nos gravar e sentir cada palavra dita. Mas, o mais importante daqueles encontros pode ser relatado. Pois isso não estava apenas nas falas dos gravadores, tampouco nos livros e documentos pertencentes a alguns deles. Estava também no semblante de cada um, olhando um para o outro. Reconhecendo não apenas as pessoas que estavam à frente, mas o passado em comum que, até hoje, os circunda e une.

¹ Os nomes Olinda e Anastácio não correspondem aos personagens reais. Foram alterados a pedido da entrevista, que deseja preservar sua identidade.

Parte 1: um bairro emerge
sob minérios



Capítulo 1 Perus: onde tudo começou

01. Perus: onde tudo começou

Perus. Último bairro da zona norte de São Paulo. Na teoria, pois seus moradores fazem questão de reinventar as direções e afirmar a identidade do lugar como um bairro da região noroeste.

Tem como vizinha a cidade dos pinheirais, Caieiras, quintal florestal da Melhoramentos². Outro município, ainda, é Santana do Parnaíba, cenário de bons sambas de bumbo e festas de santo. Além de Barueri e Osasco, a vizinha Cajamar acabou se tornando cidade irmã do bairro. Era de lá que saía uma pedra branca, chamada calcário, e, pelos trilhos de uma maria-fumaça, chegava até a Fábrica de Cimento de Perus.

O nome Perus, diferentemente do que se pensam, não vem de Peru. Rezava uma lenda de que o bairro, por estar próximo ao Pico do Jaraguá, poderia ter sido chamado de segunda Peru, por conta do ouro. Balela grandiosa, já que o ouro acabou antes mesmo de chegar à Coroa Portuguesa. E se ouro por ali não existia, o bairro teve um rei, João José Abdalla, e um castelo também, feito de cimento e suor, suor de muitos trabalhadores.

Parecido com tantos outros bairros das tantas periferias dessa São Paulo, a história de Perus tem início com a expansão do centro para as bordas que ainda não haviam sido desbravadas. Até 1867, o lugar não passava de uma vila distante do Distrito da Freguesia do Ó. Com o *boom* do café, chegou às bandas de Perus a linha

férrea São Paulo *Railway* (SPR), determinante na constituição do bairro. Hoje, ela continua de pé, mas como Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, ou melhor, CPTM.

E é exatamente assim que Elias Aoun, de 86 anos, volta ao tempo e recorda sua chegada a Perus, em 1940. O menino, no auge de seus doze anos, tinha como diversão ver o trem chegar e partir. Hoje, já faz setenta que é um peruense.

E o café, grão que fez São Paulo ficar conhecido por todos os cantos no século XX, foi também o abre-alas de novos espaços. Se antes a localidade só servia como parada para reabastecer as locomotivas com água para concluir sua jornada, o bairro passa a ter nesse momento relevância populacional e comercial. É nesse período que um tanto de famílias começa a chegar ao local. A inauguração da linha de trem, em 1867, trazendo toda aquela gente, foi responsável também pela identidade do bairro.

Antes da chegada dos trilhos e da fábrica de cimento, Perus era muito menor, “não tinha nada, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, então o terreno era baratinho”. Aroldo não era nem nascido, mas conta como o pai comprou a primeira propriedade da família.

Recordação compartilhada por Seu Elias. “Era pequenininho o lugar. As ruas não tinham nome e as casas não tinham número. Mas a gente conhecia todo mundo e sabia onde morava. Fulano morava lá na curva da Dona Zulmira benzedeira”. E, assim, com indicações das profissões de cada morador, todo mundo acabava também se conhecendo.

Eles eram de um tempo que o bairro parecia o quintal de uma grande fazenda. Todos tinham cavalo, vaca, boi, e, a rua cheirava a esterco. Naquele tempo, Perus era caminho dos tropeiros, conta Seu Tião Silva. Lembra ele que, na infância, costumava adentrar o acampamento dos boiadeiros só pra esperar o cafézinho. “E a gente ficava esperando, porque gostava de tomar o café deles. Ia comer feijão tropeiro com eles lá. À noite, eles cantavam muito, contavam história e a gente ia lá”.

Mas é uma pequena estrada de ferro, a Perus – Pirapora (EFPP), inaugurada em 1914, que tira o bairro de seu ostracismo e desperta o interesse de estrangeiros pelo espaço. Os trilhos nunca chegaram a Pirapora, mas o percurso era o suficiente para levar pedra de calcário de Cajamar até Perus.

“E cal tinha de monte. Havia falta de cimento do tipo Portland no Brasil, tanto que ele era importado da Inglaterra e Polônia em barricas de madeira. Como tudo que é importado é mais caro, o interesse em ter uma fábrica de cimento nacional era gigante”, fala Seu Elias como quem não estivesse contando nenhuma novidade.

Acervo Nelson Camargo





Capítulo 2

Trilhos abertos para a fábrica de cimento

02. Trilhos abertos para a fábrica de cimento

Abertos os trilhos, abriu-se caminho também à construção da primeira fábrica de cimento de grande porte que se tem na história do Brasil: a Companhia de Cimento Portland Perus, mais conhecida como Fábrica de Cimento de Perus.

Os canadenses da Indústria Drysdale y Pease, de Montreal, que já trabalhavam no setor com sucesso, detectaram que naquele bairro distante poderia surgir um grande empreendimento. E com tanta matéria-prima – uma peça rara – naquele momento, o pensamento dos empresários era apenas um: “só falta transformar isso em cimento”. Fabricavam cal em Cajamar, que chegava a Perus, por meio do trem maria-fumaça, e ia pra São Paulo nos trilhos da *Railway*.

Em 1924, a companhia compra o primeiro maquinário. Em abril de 1925, as plantas do local já estavam prontas. Em 24 de abril de 1926, a Fábrica produz a primeira leva de cimento.

Parte dos primeiros trabalhadores a colocarem os pés na Portland Perus, e também daqueles que acompanharam a mudança de gestão, Benedito Silva de Souza e Joaquim dos Santos, contavam aos filhos – Tião Silva e Aroldo Santos – como a primeira gestão era melhor

para os operários. “A diferença é que o pessoal era mais disciplinado.” Naquele tempo, os direitos trabalhistas eram poucos, então o pouco que tinha, já deixava o pessoal satisfeito.

Em 1928, a história de Tião Silva se cruza pela primeira vez com a Fábrica, antes mesmo de ele nascer. Foi nesse ano que seu pai, seu Benedito, botou os pés pela primeira vez na Perus. Não demorou muito, dois irmãos de Tião também foram trabalhar ao lado do pai.

Se antes os moradores se restringiam a uns poucos donos de terras, agora, o bairro começava a criar, de fato, uma população. Gente de todo lugar começou a chegar a Perus. Portugueses, espanhóis, italianos, e também mineiros, nordestinos e pessoas de outros tantos interiores. Foi nessa mistura à brasileira que se traçou o perfil da população peruense.

Geralmente, os estrangeiros vinham para trabalhar como médicos, engenheiros, arquitetos e químicos.

Famílias inteiras atravessaram o oceano, para então chegar a Perus. E foi assim que as proles espanhola e portuguesa se conheceram e nasceu Dona Olinda, peruense de 1936. Seu pai, Manuel, deixou pra trás a família, e, assim como Cabral, foi buscar no novo mundo uma melhor oportunidade na vida. E foi em Perus que o portuga veio se instalar. Isso por que ele era químico. Assim como o pai de Tião, também passou pela gestão canadense.

Quanto à mãe, Dona Carmem, nasceu em Perus mesmo. Seus pais, que passaram três meses em um navio, também vieram para o Brasil

para trabalhar na Fábrica de Cimento. Olinda mal imaginava como sua história estaria ligada à da fábrica.

Já a gente simples e humilde de interior, vinha para o serviço pesado, pra carregar saco de cimento nas costas debaixo de sol ou de chuva. É o caso de Orlando Paes, vindo do interior de Minas Gerais, ou de João Pedroso, também vindo do mesmo Estado, que vieram tentar a sorte em São Paulo.

Centenas de homens trabalhavam dia e noite para que, em 1927, a produção da fábrica chegasse a vinte e cinco mil toneladas. E noite e dia, aqui, não é força de expressão: é força braçal mesmo. De gente vinda de todos os cantos do Brasil e do mundo, para tentar fazer seu pé-de-meia na cidade grande.

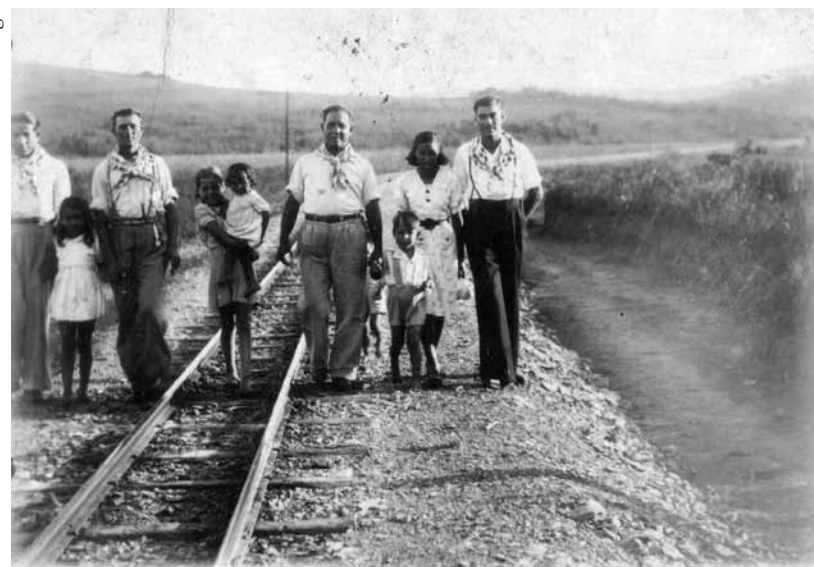
Nesse tempo, o país inteiro chegava a consumir 496.582 toneladas de cimento. Desse todo, pelo menos cento e vinte e cinco mil vinham dos fornos de Perus.

Mas para além da produção, a fábrica até hoje é o elo que interliga a história de todas essas pessoas, sejam caipiras ou italianos, nordestinos ou portugueses. Ali, todos se tornaram peruenses. Os peruenses da fábrica de cimento.

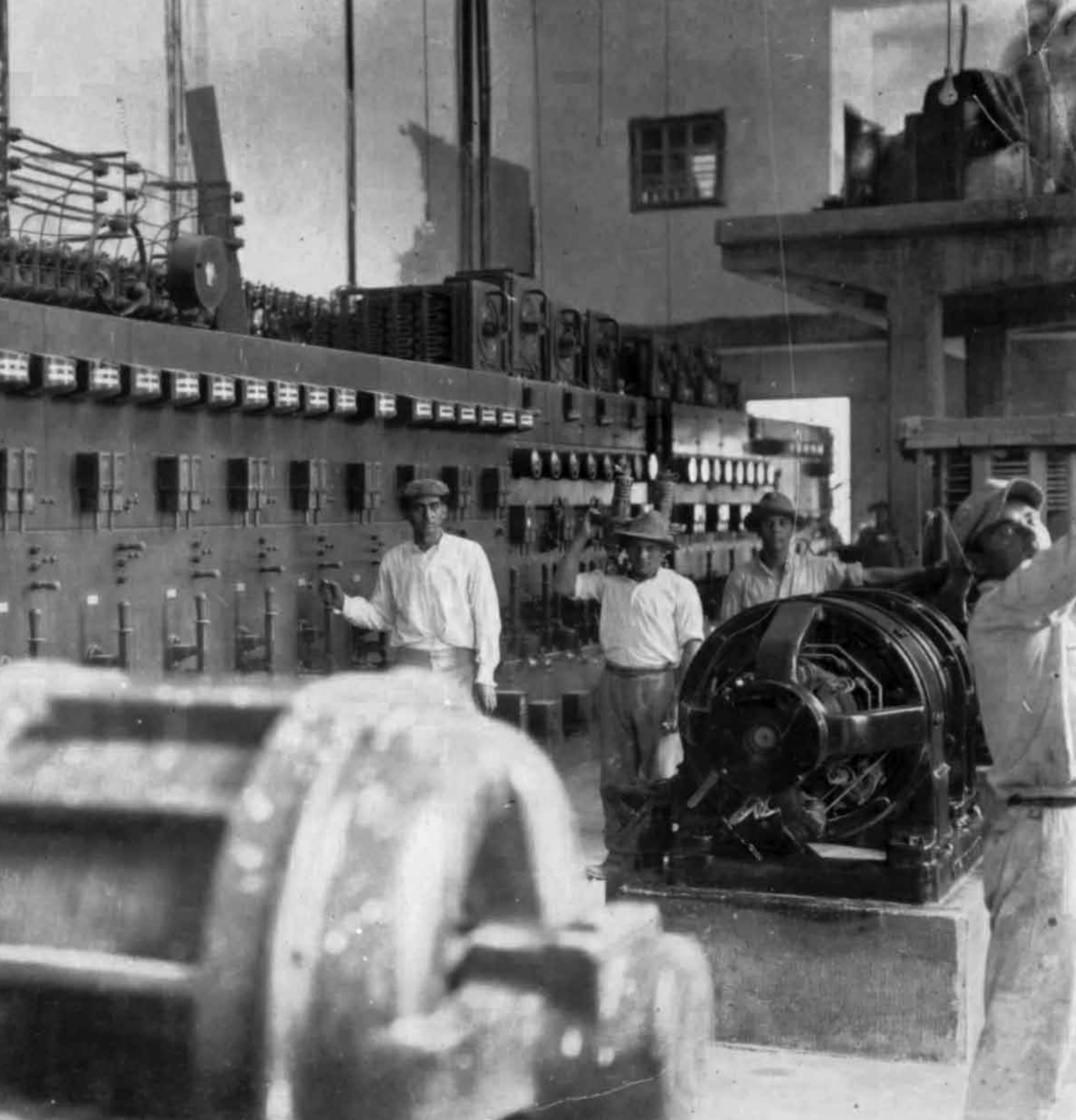
E não foi apenas o fio condutor da trajetória dessas famílias, como também o cenário de reivindicações sociais a favor de direitos trabalhistas a todos esses homens e às famílias que ali se encontravam.

Toda a comunidade foi envolvida. Seja trabalhador ou não, todo mundo respirava, de todas as formas, cimento naquele bairro. Todo mundo vivia ao redor dessa matéria-prima, já que um saco de cimento pagava um trabalhador, que podia comprar seu arroz com feijão na vendinha do Seu Manoel ou um pedaço de pano na loja de Seu Elias. Direta ou indiretamente, todo mundo vivia ali por conta da fábrica.

Arquivo Nelson Camargo



A ferrovia atraiu a vinda de muitas famílias



Capítulo 3
O tempo da fábrica
marcava o tempo

03. O tempo da fábrica marcava o tempo

Durante as várias eras da humanidade, diversas vezes um determinado tipo de relógio decidiu a vida da sociedade do período e do local. O tempo da igreja já foi o primordial, assim como, um dia, o das fábricas na era industrial. Em Perus da década de 50, foi o tempo da Companhia que regeu, também, o tempo dos moradores. “A gente vivia acostumado com o apito da fábrica que soava, pontualmente, às onze da manhã, dez da noite e seis da manhã. Aquele era o relógio de Perus”, recorda Elias.

Arlindo se lembra como se fosse hoje do pai acordando às dez da manhã e se preparando para mais um dia de trabalho. Seu Orlando Paes trabalhava cerca de oito horas todos os dias. O britador era pacato e de pouca prosa. Uma vez ou outra, até trocou palavras com o filho, quando este ia lhe levar a marmita.

Humberto Müller



Arlindo Paes, onde o pai trabalhava como britador

Aroldo também lembra com carinho o prazer que sentia em estar próximo ao pai, quando levava a ele o almoço, em um caldeirão. E no refeitório da fábrica, famílias inteiras se reuniam para o momento de confraternização. “Um dia ia levar almoço, outro dia a janta. Porque cada semana ele tinha um horário, ele tinha cinco horários por mês. E eu ia levar a janta, o almoço, conforme o horário.” Isso foi quando ele tinha onze anos. Aroldo não se lembra de muitas coisas, mas dos horários que o pai fazia na fábrica, isso sim, perfeitamente. “Cada semana um horário diferente. Não só ele como os demais trabalhadores, maquinistas, foguistas, guardas – trem, eles tinham cinco horários: um entrava seis da manhã, outro seis da tarde, outro meia-noite.”

Já adulto, Aroldo se tornou mecânico na fábrica, e aqueles apitos também ditaram seu tempo, mesmo muitos anos depois do pai trabalhar lá. “Era das seis e meia às três e meia. De segunda a sábado direto. Eram oito horas diárias e só folgava aos domingos”. Não costumava encontrar com o pai ou os irmãos na fábrica, já que cada um trabalhava em um setor e em horários diferentes, e Ramiro em Cajamar.

E era assim também na família de Seu Tião. O pai, junto ao irmão mais velho, faziam três turnos diferentes, o primeiro nos serviços gerais, o segundo na ensacadora. “Um entrava às seis e meia e largava às duas e meia. O outro entrava às duas e meia e largava às dez e meia. E tinha uma outra semana que era das dez e meia da noite às seis e meia da manhã”, lembra Tião, que, naquele tempo, nem imaginava que trabalharia na fábrica.

Assim como muitos outros operários da Cimento Perus, Seu Benedito dobrava turnos para sustentar a família. “Meu pai foi um cara que trabalhou muito. Trabalhava das oito até uma hora da tarde descarregando os trens. Depois, vinha pra casa, almoçava, entrava na fábrica às duas e meia e ia até dez e meia da noite”.

Todos os dias pela manhã, Seu Benedito ia até a estrada de ferro Perus – Pirapora. Lá, aguardava a cal virgem, que chegava ensacada nos vagõezinhos que percorriam os trilhos de bitola de sessenta centímetros, existentes até hoje. Depois de encostada a locomotiva, a cal era apanhada e transferida, saco por saco pelas mãos dos trabalhadores, até os vagões da *Railway*, que faziam o percurso Santos-Jundiaí. E foi assim que o pai de Seu Tião comprou o terreno da família.

Com tanto trabalho, não restava tempo de se aproximar mais dos filhos. E essa foi uma das poucas coisas que narrou a Tião. “Não dava tempo de contar, porque o coitado chegava em casa, comia depressa e entra e sai, entra e sai.”

E trabalhou até o último momento. Além de dobrar turno para sustentar toda a família, Seu Benedito também plantava mantimentos. “Ainda arranjava tempo pra ir lá, plantava milho, feijão e abóbora”, conta Tião, sobre o pai que trazia da roça o hábito de plantar na mesma terra que costumava pisar. E, certa vez, “ele ia entrar às duas e meia. Tava de folga do serviço nos trens. Mas na fábrica ele tinha que trabalhar. Então, ele catou um feixe de lenha nas costas e vinha

trazendo. E, de repente, acho que ele se sentiu mal, parou na beira do trilho e sentou.” Sentou e nunca mais levantou. O corpo foi encontrado a duzentos metros da casa da família, ajoelhado, como quem ainda iria colocar o feixe nas costas.



Capítulo 4

Entre os muros da Fábrica

04. Entre os muros da Fábrica

Nas propriedades da fábrica não havia nenhum tipo de cerca ou algo que impedisse a população de nela entrar. Pelo contrário, as demarcações da Fábrica eram abertas a toda a comunidade. Como muitas famílias iam levar marmita para o pai ou marido, a fábrica sempre se mantinha aberta aos moradores. Elias, que nem funcionário era, lembra que diversas vezes entrou para levar almoço ao cunhado.

Muitos anos depois é que a cercaram. Mas o ex-comerciante se lembra dela sem nada. “Talvez, até igual ao caso do garoto que ia lá brincar e podia entrar e sair, sem ninguém interpelar. Era livre e aberto, era como que entrar aqui em casa. Aqui ainda tem portão, lá nem tinha isso. Eu sou desse tempo”.

A Fábrica era um mundo mágico, para todos os meninos e meninas peruenses e dos arredores, que, uma vez por dia, enfiavam-se pelos cantos desconhecidos entre máquinas gigantes e sacos de cimento.

Foi exatamente nesse cenário que Arlindo pôde fazer a maior parte de suas travessuras. Vira e mexe ia gente reclamar à sua mãe, Dona Benedita Paes, que o menino, levado, estava nadando no riozinho sujo, que ficava logo abaixo da Fábrica de Cimento. O riozinho, conta ele, era na verdade uma grande poça d’água. Acontece que, para fazer o cimento da fábrica, o solo era cavado e de lá tirada a terra vermelha utilizada na

indústria. Depois de muita chuva, a água remanescente, junto à argila e minério que escorriam da fábrica, transformavam aquelas crateras em piscinões de água escarlate. As crianças brancas, pardas e negras pulavam e saíam todas iguais: vermelhas.

Um tanto de gente entregava os meninos aos pais, quando esses nadavam nos bolsões de águas rubras. “A máquina escavava aquela terra vermelha, transformando-a em um grande tanque. Mas não era pra ninguém ir lá se lavar. E a água da chuva enchia, fazendo um buraco enorme, parecido a uma piscina. E os moleques olhavam aquilo... Poxa!”

Arlindo e sua família moravam em uma casa cedida pela própria fábrica, no Triângulo, pequena vila operária situada no terreno da Perus. Nada pagavam para nela morar, assim como centenas de outras famílias localizadas ao redor da empresa. “Fizeram esse acampamento para o funcionário que mora longe não chegar atrasado, eu imagino que seja por isso”.

Uma vila de gente humilde, todos bem trabalhadores. Recebe até hoje o nome de Triângulo. “É um lugar formado por uma casa aqui, outra fileira lá, e do outro lado não tem casa, pois passava a linha do trem maria-fumaça, formando um triângulo invisível”, Arlindo faz questão de explicar.

Anastácio também era funcionário da fábrica. Já era ensacador quando conheceu Dona Olinda. Ela, orgulhosa, mostra foto dele entre os sacos de cimento, o homem de calo nas mãos. E volta a recordar saudosa da casa do Triângulo.

Recém-casados, mesmo tendo casa própria, fincaram raízes naquele vilarejo. “Quatro cômodos, água e luz de graça”. A casa possuía umas vidraças bem grandes. Em dia de festival da *Record*, eram abertas para todos aqueles que queriam assisti-lo, já que nessa época era uma das maiores diversões de qualquer pessoa do Brasil.

Em um exercício de memória, Arlindo conta quando se mudou para a vila, pois foi no ano que antecedeu a Copa do Mundo de 1958. Ia assistir aos jogos pelas frestas das janelas, da varanda ou até mesmo da sala da Dona Olinda. “Quando começou a aparecer os primeiros televisores, umas duas pessoas tinham”. Arlindo, ao voltar ao Triângulo, em um dos encontros feitos para reunir os personagens, cinquenta anos depois, encontra a casa de Dona Olinda, local onde assistia seus programas preferidos em preto-e-branco. “Tô entrando pela primeira vez na cozinha de Dona Olinda”, diz, ao percorrer os cômodos sendo deteriorados pelo tempo, assim como também está o prédio da fábrica.

Era lá que Sidnei também morava. Mal entramos portão adentro, logo aponta para sua antiga residência. Em seguida, Maria observa prontamente o caminho por onde ela e Gastalho caminharam e conversaram, pela primeira vez, sobre um namoro entre os dois.

Assim como toda vila ou cidade do interior, há uma Capela no centro das casas, todas distribuídas de forma triangular. O sino no alto, já não existe mais, mesmo assim faz Arlindo recordar de mais um episódio de suas travessuras. “Nós batemos o sino duas horas da manhã. Só pra acordar o pessoal, sabe? Nossa distração

era bater o sino da igreja e acordar todo mundo. Imagina, no meio da madrugada, aquele sino barulhento?”.

O teto quase caindo nos assusta. O chão está cedendo. Abaixo dali, um tanto de entulhos, diz Arlindo, que explica que, antes da capela, aquele espaço era um grande buraco, onde Ramiro brincava com os amigos. “Essa igreja não tinha no meu tempo. Tinha um campinho de futebol em baixo”. A vala foi tapada para a construção da igreja, construída pelo pai de Sidnei.

E, mais uma vez, a história das famílias se entrelaçam. Tiramos algumas fotos. Mas o medo de permanecer na igreja é maior. A impressão que se tem é que, a qualquer momento, ela pode cair em nossas cabeças. Saímos.



Vila Triângulo, tombada como patrimônio cultural, mas esquecida pelo poder público.

Eles não são os únicos nostálgicos. Dona Olinda também tem saudades da criançada vendo aos festivais. “Então, a gente abria tudo a janela e sentava. Um pouco sentava na janela, outro pouco sentava na mureta da área e outro pouco sentava tudo no chão, assim – aponta para o chão da sala onde nos recebe – e esparramado no sofá, para assistir”.

Como hoje, não havia em Perus muitas coisas para fazer. Além de encostar a cabeça nas janelas dos vizinhos que tinham televisão, Arlindo e seus amigos costumavam bater uma bola no campinho ou pescar nas águas limpas do Rio Juquery, hoje, abandonadas à própria sorte de poluição. E já dizia a sabedoria popular “cabeça vazia...”. A falta de atrativos oficiais do pequeno bairro não impedia aqueles meninos criativos e travessos de brincar: fosse tocando o sino escondido ou pegando rabeira nos trenzinhos da fábrica, aqueles moleques sabiam como se divertir.

Quando ainda menino, Ramiro morava no Triângulo, e aguardava, ansioso, o pai maquinista passar. “Quantas vezes meu pai passava aqui e dava carona. Porque tinha os pontos certos pra pedir linha. Descia lá pra baixo”. O pai ia guiando a locomotiva que, no último vagão, levava os passageiros. “Aí, quando meu pai chegava aqui, eu vinha lá de trás na corrida e meu pai – pi pi – e eu subia e já descia ali, andava um pouquinho, um pouquinho só, mas já ficava contente”.

A sede da fábrica comportava um salão de baile. Um espaço comprido, com bar na frente e muitos bancos e, no fundo, o salão de festas. “O salão era o único lugar de fazer festa e baile. Bailes semanais ou mensais. Era lá na fábrica de cimento, em uma subida antes de chegar até

a Vila Triângulo. Ele ficava à direita, perto do Triângulo. Era lá o salão de baile, que era a diversão de muitos, com música e tudo, e nesse tempo em Perus num tinha luz, num tinha rádio, num tinha nada, quem queria ouvir um som tinha que ir lá”.

Todo fim de semana o Seu Pedro, que cuidava do salão, passava fubá no piso, para facilitar a dança entre os pares, seja para o samba ou para o rock.

Nesse momento, Arlindo faz questão de se levantar do sofá de sua sala para simular como é que ele e os amigos da época escorregavam no salão cheio de fubá. “Aquele chão lisinho. Era gostoso demais”, diz com riso e brilho no olhar. “Aquilo era o máximo, a maior diversão”. Levanta-se e surfa no meio da sala: podemos ver com nitidez a criança no salão. Ele, um molecão de no máximo doze anos, conseguia, junto aos colegas, entrar no salão sem se apresentar. Para no meio e começa a rir. Como se o garoto que um dia foi, estivesse agora naquela sala, gargalhando dele próprio, enquanto ele o reprime pela travessura.

Foi um tempo em que o Sesi (Serviço Social da Indústria) levava à sede aparelhos de projeção de filme. Faltava estrutura, o maquinário era bem antigo e a sessão toda projetada em pano branco. Dos filmes projetados, não se lembram. Apenas que as películas improvisadas traziam sempre um bandido e um mocinho nas cenas de faroeste. Dona Olinda também se recorda da cooperativa em que o SESI exibia cinema para a molecada. Lembra dos bailes, e do ciúmes ligeiro do marido quando o amigo Zeca Marinho a tirava para dançar. “Eu era feliz, né? E não sabia. É, é verdade. Eu era feliz com tudo isso, era feliz sim”. Era ali o ponto de encontro de tantas famílias.

Hora do almoço

No horário do almoço, famílias inteiras iam se encontrar com seus pais, maridos ou filhos, levando a eles aquilo que alimentaria as mãos que faziam todo aquele cimento. Cimento este que ia direto para a construção de Brasília. “80% ou mais”, orgulha-se Aroldo.

Se era em volta de um televisor que as crianças se juntavam, era em volta da mesa do refeitório da fábrica que as famílias se reuniam. Sendo muitas vezes, o único momento de convívio entre pais, filhos e esposas durante o dia.

Várias famílias moravam nos arredores. Todo mundo se conhecia. Cada menina e menino sabia quem era o pai da outra. Aparecida aproveitava a ida até o refeitório para comer não só a comida do pai, mas também todas aquelas que lhe eram oferecidas. “A sobra de comida era uma delícia, porque a gente comia das pessoas, sabe, de todo mundo, não era só do meu pai, não”. Até hoje, ela lembra de uma senhora que fazia um virado de feijão muito saboroso e distribuía a todos que estivessem pelo refeitório.

Havia também uma senhora bem idosa, esposa de um operário também já velhinho. Os dois eram sozinhos, um pelo outro. Ao levar a comida ao marido, também almoçava. “Tinha um colega do meu pai que só gostava de laranja lima, mas como a gente ia e nem todo dia tinha laranja pra levar para o meu pai, ele levava todo dia e partia a laranja, dando um pedaço a cada um. Era assim, bem familiar mesmo”.

E era comum que, assim como primos de uma família, saíssem também algumas brigas entre a meninada. Cinquenta anos depois, ao passar ao lado do refeitório, Dair cai na gargalhada ao lembrar que, naquele canto, estapeou a filha de um operário, que vivia mostrando a língua a ela. “Ah, vai mostrar a língua pra mim? Peguei ela de jeito, mesmo!”.

Sidnei Fernandez Cruz, hoje presidente do sindicato do Cimento e Cal e Gesso de SP, também foi um menino do Triângulo. Sidnei não via a hora de levar o almoço ao pai, para poder entrar no templo que era a fábrica, na visão do garoto. Era um menino de oito anos, indo levar marmita para o pai, Tião Carpinteiro, chefe da carpintaria da Fábrica. Se, naquela época, tinha o pai como um herói, 40 anos depois não mudou muita coisa, seu semblante muda ao contar sobre Carpinteiro, o tipo boa praça querido por todos. Aquele garoto deparava-se com a imensidão de um lugar que, em tão tenra idade, deslumbrava-se como em um parque de diversões: os fornos gigantes, a movimentação dos trabalhadores, as risadas. Faz questão de enfatizar a importância do pai nas lutas sindicais “muita coisa aconteceu naquela salinha”, gaba-se ao se lembrar da sala do pai na carpintaria.

Tião Carpinteiro ingressou à Fábrica em 1949. Destacou-se em seu ofício e logo se tornou o encarregado do departamento de carpintaria. Não era apenas superior de muitos ali, mas era companheiro, amigo de fé, irmão e camarada. Não havia quem não gostasse dele, essa é a lembrança que o filho traz. Era, afinal, o padrinho de uns tantos ali e fora.

Mas esse grau de intimidade com tantos trabalhadores é resultado, também, dos encontros fora da Fábrica, quando se reuniam pelos botecos da

região para jogar conversa fora, ou, então, organizar ideias com um mesmo propósito. Foi esse mesmo grupo que, na década de 1950, resolveu formar uma nova chapa, que serviu de contraponto ao atual sindicato, que já não os representava. Ficaram conhecidos como “Os pés de Cana”, recorda Sidnei rindo, ao lembrar do apelido que o pai e os amigos recebiam, por gostar de uma “marvada”. “Teve uma vez que eles colocaram os pés de cana na frente do trem e chegaram na fábrica com aquele monte de cana”.

E nem só de botecos, família e greves viviam esses trabalhadores. Também tinha o futebol. Liderados por Carpinteiro, a fábrica tinha um time próprio que treinava no clube do sindicato. Seu símbolo era uma estrela, o que rendeu divergências. “Certa vez, os policiais olharam o símbolo na parede e disseram: - Tá vendo, símbolo do comunismo”. Comunistas, anarquistas, católicos, evangélicos, agnósticos e tantos outros eram, assim, os queixadas.



Aerivo Nelson Camargo

Trabalhadores da fábrica em partida de futebol

E o futebol não era a única diversão. Uns tantos almoçavam correndo para poder jogar uma partida que fosse de dominó ou truco. Se Ramiro era bom de truco? “Bom? Eu era professor”, ri o senhor.

Outros, ainda, iam se refrescar em uma biquinha de água bem próxima do trabalho, a bica Santo Antônio. “Uns almoçavam de baixo das árvores e aproveitavam para descansar, enquanto as crianças buscavam dessa água para seus pais”.

Aos sete anos, Arlindo, assim como Sidnei, também levava marmita a seu pai, Orlando, no refeitório da Fábrica. E ele ri ao lembrar disso, enquanto os próprios olhos caminham ao descrever o trajeto. “Naquele tempo não era marmita né, era caldeirão”, lembra também Tião.

Orlando saía da fábrica e ia ao encontro do filho, onde pairavam debaixo da sombra de uma volumosa árvore. O menino, ansioso, aguardava o senhor terminar toda a comida, para então voltar para casa. Era um momento precioso. O único contato no dia entre pai e filho. Entre trabalhador e família, já que o pai se mantinha mais calado, quando estava em casa.

E mesmo nesses encontros, ele não dizia muita coisa. Mas uma vez até sua calma se revoltou com o atraso do levado filho. Arlindo, arreiro como sempre, resolveu fazer uma pausa para uma partida de bolinha de gude, antes de encontrar o pai, o que resultou num belo de um puxão de orelha.

E levar a marmita do pai era um momento esperado por Tião. “A coisa mais gostosa que tinha nisso tudo que eu fazia, é que quando eu ia

levar o caldeirão do meu pai – e o dele era reforçado, o caldeirão dele era bom – ele sempre deixava dois bocados de comida. Aí eu vinha, quando eu voltava comia aquela comida, que coisa gostosa. Isso eu me lembro muito bem”. Seu Tião recorda bem do caminho que fazia para entrar na fábrica. “Parecia a Disneylândia”. Todos entravam na fábrica para levar os caldeirões. E sorri ao lembrar do pai, levanta a cabeça e abaixa, como as lembranças pesassem na memória.

A mulher de Tião também ia todo dia levar comida para ele, e aproveitava para carregar consigo as crianças. Por uma hora, sentavam, comiam e dividiam o prato do dia. “Era uma sensação gostosa que a gente tinha. Por que eram muitas mulheres que iam levar comida pros maridos, e levavam os filhos. Era um clima gostoso”, conta Tião saudosos.

Mesmo passados cinquenta anos, todos eles ainda relembram desse passado que une suas histórias.

Acidentes na Fábrica

Aparecido e Seu Benedito, pai e irmão de Tião, trabalhavam na fábrica quando o primeiro grande episódio que ligaria a fábrica intrinsicamente à família aconteceu. Aparecido trabalhava quase grudado aos trilhos da linha de trem maria-fumaça, utilizada para trazer a pedra de calcário de Cajamar até Perus e levar o cimento pronto até a Linha Ferroviária da

São Paulo *Railway*. Naquele dia, o operário chegou para os companheiros de setor contando que na noite anterior havia tido um sonho tão feio, que não gostava nem mesmo de lembrar. Sonhara que ao depositar o cimento no vagão, a maria-fumaça soltava o fio e o cortava pelo meio. Já casado e com um filho de dez meses, foi nesse dia que deixou abruptamente mulher e filho. Até hoje, Seu Tião enche os olhos de lágrimas para falar da morte desse irmão. “Uma madrugada, lá era assim: encostava o vagão, carregava o cimento. Eram eles que encostavam o vagão, era meio declive. A linha era descida, pra passar no ponto onde carregava. Então eles acabaram de carregar um vagão de madrugada, e em dois: um fechava a porta do vagão e o outro ficava no breque, pra tirar fora o vagão e encostar em outro lugar. E meu irmão fechou a ponta (a trava). A de baixo ele não fechou direito, só fechou a de cima e a de cima não segurou muito bem. A tampa bateu na cabeça dele, ele caiu atravessado no trilho. O amigo ouviu o barulho e falou: ele já trancou a porta. Solto o vagão, cortou ele pelo meio.” Com nove anos na época, a morte do irmão é um dos motivos pelos quais ele evita até hoje entrar na fábrica. Isso foi no ano de 1941, “1941 pra 1942”, o senhor completa.

Dona Olinda conta que todos os dias Anastácio chegava com histórias como essa. Uma vez, quando Borges, o pedreiro da fábrica, foi arrumar sua casa, ouviu dele um dos causos mais impressionantes: o de certo operário que teve um sonho, que virou pesadelo e o pesadelo se tornou real. Era Seu Aparecido.

Teve também o Florentino, o marido Anastácio contava, caiu dentro de um dos silos. Aquele espaço em que fica todo o cimento produzido, ela explica. Cimento fofo. Não teve jeito. A Fábrica teve até que pagar pra limparem o rosto dele pra ir para o caixão. “Morte muito triste”.

Mas, entre aqueles muros, a vida não era tão cinza e nem tão pesada quanto o cimento que fabricavam. Muitos não gostam de falar do período da greve. Toda vez que tocamos no assunto as feições mudam e a voz vai sumindo, até reinar o silêncio. Mas basta uma recordação da época que a fábrica era viva, para que a alegria transborde novamente. “Era agradável e o pessoal lá era muito bom pra trabalhar, um pessoal unido, muito bom. Era divertido. A gente brincava. Era uma festa. O ambiente que a gente trabalhava era gostoso. A gente se dava bem um com o outro”.



Capítulo 5

O nascimento do Mau Patrão

05. O nascimento do Mau Patrão

O ano de 1951 é um divisor de águas, tanto da fábrica, quanto da vida dos trabalhadores. Acontece uma troca de gestão na Companhia. Chega José João Abdalla, o J.J. Abdalla. Deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) e Secretário do Trabalho sob o Governador Ademar de Barros de 1950 a 1951, foi líder de um extenso império industrial, bancário e agropecuário. Em 1951, seus negócios alavancam ainda mais. Passa a ser sócio majoritário da indústria cimenteira, transformando fábrica, ferrovia, pedreiras de calcário, o Sítio Santa Fé, onde hoje é o Parque Anhanguera, e terras de Cajamar em parte integrante de suas riquezas.

Ao adquirir a fábrica, Abdalla chamou a população, trabalhadores e todos os comerciantes de Perus para um grande churrasco. Elias se lembra até hoje daquele episódio. “Até eu fui chamado. Eu o vi pessoalmente, cumprimentei, ele conversava com centenas de pessoas, fez discurso, foi aplaudido. O homem prometia um hospital para o bairro, coisa que até hoje faz falta, pois mesmo depois de cinquenta anos, não tem”.

O evento também foi avistado por Dona Olinda, que lambia os beiços de vontade de ir até lá. Aos treze anos, seu pai já nem trabalhava mais na fábrica. Ela, que morava em uma rua baixa da Vila Inácio, conseguia enxergar o salão da fábrica, que ficava no alto. Ao falar desse episódio,

olha até pra cima e reproduz o diálogo que, naquele momento, travou com seu já falecido pai. “ ‘Papai, eu queria tanto ir lá’, eu tinha vontade, né? ‘Porque você quer ir lá, só pra comer, é?’ Meu pai era um homem muito sério nesse sentido. ‘O papai não trabalha mais lá, não tem por que você ir lá, eu nem sou funcionário, vai lá só pra comer?’ ”. E olha pro alto a senhora, como se tivesse vendo toda aquela gente bebendo refrigerantes e comendo carne feita na brasa. Fala muito com as mãos a Dona Olinda, aponta e descreve com propriedade os episódios da vida, característica italiana presente na portunhola.

Não demorou muito para J. J. Abdalla ser apelidado de Mau Patrão, principalmente por gerir a fábrica de forma desleixada e imprudente. Os equipamentos não tinham sequer manutenção adequada. Logo a fama de mau patrão se estendeu por todo o território paulista, já que o apelido lhe fora dado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em matérias que envolviam a difícil relação entre Abdalla e os operários da Fábrica.

A falta de manutenção forçava, frequentemente, a paralisação de algumas etapas da produção do cimento em consequência da quebra de equipamentos. Assim, toda essa falta de zelo, tanto para com a fábrica, como com os empregados, foi abrindo caminho para a organização dos trabalhadores em sindicato para reivindicação dos direitos trabalhistas.

Jornalistas debaterão o "pool"

O Sindicato dos Jornalistas... debate sobre o "pool"...

Abdalla pagou uma dívida

Para estranheza dos fiscais da Fazenda, o mau patrão J. J. Abdalla...

O proprietário da Cia. de Cimento Portland Perus...

Para a surpresa de muitos, Abdalla pagou mais de 10 mil cruzeiros...

Abdalla pagou mais de 10 mil cruzeiros...

Abdalla pagou mais de 10 mil cruzeiros...

TV estará no ar em 18 meses

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...



Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Cerealista emitia notas fiscais falsas

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

O assaltante age de novo

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

Jurista endossa dispensa

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

SABADO, 29 DE JULHO DE 1967

Abdalla pagou uma dívida

Para estranheza dos fiscais da Fazenda, o mau patrão J. J. Abdalla impediu que fossem leiloadas, ontem, as 8.940 sacas de cimento aprendidas no dia 18 ultimo, por falta de recolhimento do ICM. O proprietário da Cia. de Cimento Portland Perus compareceu, na tarde de anteontem, ao Posto Fiscal Centro - PFC - da Secretaria da Fazenda e efetuou o pagamento de 24.248 cruzeiros novos, e conseguiu liberar 6.123 sacas. Ontem, enviou um empregado seu à aquela Secretaria e pagou mais 10.035 cruzeiros novos, liberando o restante.

Para a surpresa de muitos, Abdalla pagou mais de 10 mil cruzeiros...

Abdalla pagou mais de 10 mil cruzeiros...

Abdalla pagou mais de 10 mil cruzeiros...

Abdalla pagou mais de 10 mil cruzeiros...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

Do Conselho Rural Sudoeste, a Fazenda... emitia notas fiscais falsas...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

O assaltante age de novo... novo caso de assalto...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

Jurista endossa dispensa... opinião de jurista sobre dispensa...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

O governador Altair Barão... TV estará no ar em 18 meses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Exposição de arte japonesa... mostra de obras de artistas japoneses...

Parte 2: A Grande Greve



Capítulo 6 Firmeza - Permanente: uma luta não violenta

06. Firmeza - Permanente: uma luta não violenta

Mahatma Gandhi já havia obtido sucesso e visibilidade em boa parte de suas lutas utilizando o conceito gandhiano da Não-Violência quando este começou a ser usado na greve dos trabalhadores da fábrica em Perus. Mesmo que estes não soubessem muito bem que a utilizavam no início.

O termo, quase autoexplicativo, remetia a não violência para a resolução dos conflitos. Passeatas, greves de fome e assembleias substituíam as formas tradicionais de luta, baseadas na violência tanto física, como a psicológica e a verbal. Mas, no início de 1962, quando o expressivo grupo de sindicalistas de Perus optou pelo conflito pacifista para conseguir suas reivindicações, não imaginava como estava replicando a história de sucesso em terras tupiniquins. A greve, que duraria sete anos, foi umas das pioneiras do uso do conceito de Gandhi no Brasil.

Seu Aroldo não lembra muito bem do termo *firmeza-permanente*, mas se recorda do significado, constantemente trazido às assembleias “O advogado Mario Carvalho de Jesus sempre pedia muito pra turma ter calma, pra evitar confronto, pra evitar, né? Isso aí eu lembro!”.

Sidnei, enquanto mexe constantemente no isqueiro e no cigarro, cita uma frase que para ele ilustra a ideologia. “A *Não-violência* nunca deve

ser usada como um escudo para a covardia. É uma arma para os bravos” de Gandhi. Mas ele próprio também admite que muitos trabalhadores não compreendiam a *Firmeza-Permanente*. “Para muitos era só uma tática mesmo, eles viram que funcionava, então estava bom”.

E foi unindo tática e ideologia que aquele grupo de homens, formado essencialmente por gente simples dos interiores de todos os estados do Brasil, sem saber, utilizava em sua luta o mesmo método pelo qual Mahatma Gandhi ficou conhecido mundialmente, ao conseguir a independência indiana, em 15 de agosto de 1947.

Mas a *Não-violência* se transformou de tática para a própria ideologia do grupo. “Hoje eu fico relutante em aceitar a *Não-violência* apenas como tática. Mas, quando eu comecei, foi uma tática. A gente já vinha fazendo um trabalho junto à base para não entrar no campo que os homens queriam, que era o da pancadaria e do quebra-quebra. Estávamos compenetrados que não aguentaríamos o tranco”, é o que admitia o então presidente do sindicato na época, João Breno Pinto³.

Breno sabia que se fosse criado esse tipo de embate o grupo perderia por falta de recursos. Foi com a ajuda do advogado sindical Mario Carvalho de Jesus, que liderou a luta trabalhista na justiça, que Breno convenceu os operários de que esse era o melhor modo de vencerem a luta.

A Igreja foi uma constante na greve e também na vida dos trabalhadores. Foi o início das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. “Eu aprendi como é que ser casado, educação de filho, economia doméstica, respeito humano,

³ Extraído de “Cimento Perus – 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal” obra organizada por Mário Carvalho de Jesus.

saber que minha mulher não é minha empregada, que ela era minha companheira, tinha o mesmo direito que eu tinha”, apropria-se Seu Tião, orgulhoso do conceito. E foi assim que começaram também a compreender melhor a *Não-violência*. “Depois, quando veio a greve de 1962, a gente começou a dar valor à *Não-violência*. A aplicação, a sabedoria de Gandhi, porque Gandhi foi assim, por que ele pregava a não violência”. Mas Tião admite que não foi fácil aplicar o conceito. “Pra nós, não foi fácil não, que a primeira coisa que a gente tinha vontade era de dar uma pedrada na cara do desgraçado que tava querendo fazer o contrário da gente. Mas, teve que se acostumar com isso, o advogado falava ‘Nós somos irmãos. A gente briga entre um e outro? Até o Abdalla é nosso irmão. A gente briga contra as atitudes dele, que são erradas. Mas, contra a pessoa dele a gente não pode fazer nada, porque é irmão’ ”.

Mas se acostumaram logo com a ideologia. Católicos, evangélicos, anarquistas, comunistas, juntos deram pé àquela greve. A união faz a força nunca fez tanto sentido quanto na luta queixada.

E mesmo que estivesse intrinsecamente ligado a movimentações católicas, o movimento era plural. “Tinha queixada de tudo quanto era naipe. Inclusive por religião, se você for analisar, 80% era católico e os outros 20% dividia aí entre outras religiões, a presbiteriana, que eu sei!”. Seu Aroldo explica que o Sindicato não era partidário, principalmente devido ao golpe de 1964, quando as coisas ficaram mais difíceis.

Quando o advogado Mario chegou ao sindicato de Perus, em meados de 1954, encontrou um cenário de desunião entre os trabalhadores do Grupo Abdalla. Parte deles estava concentrada principalmente no bairro onde a

fábrica se localizava, e em Cajamar, município vizinho que fornecia a pedra de calcário para a fabricação do cimento. Sofriam com atrasos salariais e outras violações trabalhistas. Com a chegada do advogado, um pequeno grupo de trabalhadores começou a se mobilizar em prol de seus direitos.

O trabalho não foi fácil. De princípio, foi necessário que eles compreendessem que o uso da *Não - violência* não significava covardia ou designação, e sim uma nova forma de enfrentamento. “Esses homens, que eram de origem rural, simples, alguns até meio analfabetos. Não sabiam redigir, mas eles eram firmes na exigência dos direitos que proclamavam”, observava Seu Elias.

Como o nome não foi muito aceito e causava certa antipatia por parte dos trabalhadores, os peruenses optaram por reinventá-lo e, aqui, a ideologia passou a ser chamada de *Firmeza Permanente* ou, então, de *Não-violência Ativa*. E Tião explica a mudança do nome. “Foi a partir da *Não-violência*, quando a gente percebeu que o processo ia demorar muito tempo. Aí a gente acordou que a gente tinha que ser firme o tempo todo. Pra dizer assim: ‘eu não volto na fábrica, enquanto não voltar os meus parceiros’ ”.



Carteirinha de Gastalbo, quando se filiou ao sindicato

Mario justificava a luta não violenta pela perseverança: “O importante não é a gente ser valente ou violento de vez em quando, mas firme o tempo todo, a vida toda, em todas as atitudes, quer na família, na fábrica ou na sociedade.” E em um período no qual as nossas leis não estavam ajustadas, esses homens representam os lutadores de direitos que nem existiam, conta Seu Elias, que não integrava o movimento.

Para os trabalhadores, mais que a função tática, a ideologia passou a ser uma arma fundamental da luta. Além de os manterem unidos, o que foi determinante, ela trazia conhecimento para enfrentar seu opositor, o Mau Patrão J.J. Abdalla. A ideologia utilizava três pilares de sustentação: a psicologia do conflito, baseada principalmente na observação e perspicácia; a perspectiva sociopolítica, que analisava o jogo político em questão, sem nunca utilizar das mesmas artimanhas do oponente e a perspectiva teológica. “Esse pensamento da democracia cristã estava ligado a esse tipo de reclamação dos trabalhadores. Reclamação insistente e persistente. Agressiva. Mas agressiva na persistência, não de combate, mas uma persistência de continuar a requerer os direitos sem agressão. Foi nesses métodos que eles conquistaram seus méritos”. Reconhece, agora, Seu Elias. “Pra si, ganhou-se pouco, mas para o trabalhismo no mundo e do Brasil, eles marcaram uma época. Eles transformaram as ideias trabalhistas”.

A não centralização da luta e a inexistência de um protagonista também eram alguns dos objetivos da *Firmeza Permanente*, já que atores principais podem morrer ou se contradizer, comprometendo

a continuidade da luta. Sidnei Fernandes, à frente do sindicato desde as greves da década de 1980, afirma que essa tenha sido talvez uma falha do grupo. “Eu criticava muito o fato do Mário trazer tudo para ele. No final, eu fazia a mesma coisa”. Embora a luta da greve, e também de outras greves posteriores, tenha sido bem-sucedida, hoje a história corre o risco de se perder.



Capítulo 7
A greve dos 46 dias

07. A greve dos 46 dias

Em 1958, quando tudo parecia tranquilo, a fábrica tem sua primeira grande paralisação. Os trabalhadores se negaram a receber o aumento anual de 30%, como todas as demais fábricas do setor. Na Perus, Abdalla repassaria o aumento salarial ao valor do saco de cimento para o consumidor final, para não diminuir seus lucros. A greve *diferente* ganhou simpatia e apoio popular e da mídia. Os trabalhadores só aceitariam o aumento padronizado se o patrão não aumentasse o valor do cimento, caso contrário, reivindicavam um aumento de 40% por conta da maior lucratividade da fábrica.

Para Dona Olinda, a greve de 1958 foi boa e necessária. “Uma greve bonita, que foi ganha.” Fala com voz branda de quem lembra os bons tempos. E Tião Silva foi um espectador dessa greve. Acompanhou do balcão onde trabalhava nas Casas Maia as assembleias que aconteciam no cinema ou na praça, já que o sindicato não tinha sede.

Foi nessa primeira greve que o sindicato se fortaleceu. Ganhou a confiança dos operários, que antes desconheciam sua própria força. Para entrar na fábrica, agora, não bastava apenas o aval do patrão. Para ser contratado, era necessário passar pelo crivo do sindicato. “Quando eu entrei na fábrica, tinha que me tornar sócio do sindicato. Fiquei sócio. Aí já comecei a acompanhar as assembleias que aconteciam”, relembra Tião.



Capítulo 8

Queixada que enfrenta Tubarão

08. Queixada que enfrenta Tubarão

Após 46 dias, a greve teve seu fim com a assinatura de um documento oficial que garantia o reajuste de 40%. É nesse momento que surge o apelido Queixada. “É o único bicho que, quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo – daí o nome queixada –, enfrenta a onça ou o caçador; este tem que se esconder numa árvore, porque corre o risco de ser esfaqueado. Vocês tão dando um exemplo de unidade semelhante ao queixada. Queixada que enfrenta tubarão”, definiu Nelson Coutinho⁴, advogado e amigo do grupo, comparando a garra dos sindicalistas ao do porco do mato. O apelido ficou.

O tubarão, nesse caso, tinha nome, RG e endereço. Ao assumir a gestão, a porca torceu o rabo e os trabalhadores começaram a botar a boca no trombone. Os homens se uniram pelos mesmos motivos que muitos empregados, cinquenta anos depois, ainda fazem reivindicações: melhores condições de trabalho e de salário. E se Abdalla era um mau patrão como tantos outros, hoje em dia, Sidnei vê as coisas de maneira diferente. “Ele foi o ‘boi de piranha’ dos outros empresários, porque se existe um mau patrão, existe o bom, você entende?”, argumenta o sindicalista, fazendo referência à prática dos boiadeiros de pegar um boi velho ou doente, e levá-lo ao rio de piranhas para que essas se alimentem deste, enquanto o rebanho passa despercebido pelo outro lado. Mas, muita água rolou antes dele ter essa visão, não que ele ache que J.J tenha sido um bom patrão, ele só foi mau como todos os outros.

Mas antes dos queixadas, foi como pés de cana que esses homens ficaram eternizados, pelo menos nas lembranças de Sidnei, que, mesmo sendo um menino, fazia questão de participar das tantas discussões que ocorriam na sala de sua casa. O pai nunca o proibiu de estar presente em um lugar considerado de gente grande.

Foi na casa de Sidnei que, além de festas, aconteciam as conversas estratégicas. A chapa não chegou a ganhar, mas a movimentação em volta dela rendeu diversos adeptos para o movimento que viria depois, fazendo dos queixadas o mais forte grupo sindical que já se ouviu falar na história daquela fábrica.

A união dos operários no Sindicato dos Queixadas fez da sede uma realidade. E, assim como um templo, foi construída em mutirão pelos trabalhadores. Uns, como Seu Tião, usaram a força e o suor, outros, como Seu Aroldo e Seu Anastácio, ajudaram financeiramente. Agora, as reuniões, discussões e assembleias também tinham um endereço.

Aqueles homens reivindicavam coisas que nem eram previstas na CLT da época, diz Elias. “Havia uma espécie de desobediência ao poder judiciário, coisa que ninguém fazia. Por isso é que eles são tidos como heróis, pois eles desafiaram o poder público. Esses homens simples, do campo, de origem rural, tanto do estado de São Paulo como vários nordestinos que aí estavam. Estavam intrépidos e exigentes. Assumiram uma capacidade diferente daquela da qual eles vieram e perseguiam essas ideias”. Mas isso custou muito pra eles. Custou suor. Desemprego. Fome. Antipatia.

⁴ Extraído de “Cimento Perus – 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal” obra organizada por Mário Carvalho de Jesus.

Naquele período, se queixar era um ato revolucionário e ser queixada era a revolução não-violenta daqueles homens vindos do interior, do nordeste ou doutro país.

Quem eram os Queixadas

Orlando Paes

Nascido em Jaquetinga, sul de Minas Gerais, Orlando, homem sisudo e de poucas palavras, trazia da roça a força nas mãos para, todos os dias, pegar no batente. Trazia na tez aquela timidez de quem vem do interior, mas também de quem é honesto e não se furta nunca de trabalhar.

Seu Orlando era um homem religioso, tanto que a roupa de domingo, para a missa, era bem diferente da usada no dia a dia, na fábrica. Nesse dia sagrado, ficava todo em mangas de camisa, botava chapéu e até paletó. Fazia questão que os filhos o acompanhassem. Era uma obrigação.

Mesmo com o jeito simples e as palavras poucas, o operário também ia às piquetes. Um dia, enquanto caminhava para uma delas, carregava consigo um podão. Gente da roça, com costume de viver no mato, sem nenhuma intenção de agredir alguém, já que ele só utilizava aquilo em sua horta pessoal. Mas eis que uns amigos param para bater um papo e a polícia à paisana tomou o podão do britador. “Só isso, num levaram preso, nem nada. Mas ele nem tinha a inten-

ção, coitado. Só estava na hora errada e no lugar errado. Nunca mais viu o podão”, conta o filho Arlindo.

Tião Carpinteiro

Seu Tião Carpinteiro veio de Jundiá para Perus e se tornou um “Dom Corleone” do bem no bairro com ares de interior. Entre batizados de crianças e casamentos, somava muitos afilhados. Era a ele que recorriam dentro da Fábrica, quando estavam passando por algum tipo de problema.

Entre uma pausa e outra falando do progenitor, Sidnei vai reconstituindo na própria mente os passos daquilo que é praticamente impossível de se esquecer: esposo, pai de cinco filhos e uma filha, o padrinho e companheiro de firma, o carpinteiro. Ao falar do pai, o brilho nos olhos não nega a admiração pelo tutor. Líder natural, mas nunca nomeado, de uma greve que mudou a trajetória de um bairro inteiro.

Anastácio de Souza

Anastácio veio do nordeste do Brasil fazer a vida em São Paulo. E foi na fábrica que encontrou a oportunidade de ganhar seu dinheiro. Suado dinheiro, literalmente, já que ele era ensacador de cimento, um dos setores mais perigosos da fábrica.

E ser trabalhador logo lhe rendeu a simpatia do sogro. Naquele tempo, diz Dona Olinda, essa era a maior propaganda. E ela se orgulha muito do marido. Naquele tempo, trabalhador como Seu Anastácio, ensacador, não precisava

sair com CIC ou RG, bastava apenas mostrar as mãos. “Sabe por quê?”, nos indaga a própria senhora. “Porque pra saber se ele era um vagabundo ou o que é que seja, era só mostrar as mãos. As mãos desses homens eram uma plataforma de calo. Calo! Então, para uma polícia ver uma mão dessa, esse cara só podia ser trabalhador”, gaba-se Olinda. E até hoje se refere com carinho ao marido. Olinda lembra saudosa que, além de esforçado, o homem era bom e atencioso. E mostra a foto dele entre os sacos de cimento.

Tião Silva

O senhor de covinhas simpáticas e gargalhada farta possui a felicidade da negritude. Bom de papo, aos setenta e nove anos traz muitas histórias, muita vida muito bem vivida, muita tristeza e dificuldade, mas também muita alegria. Seu Tião nasceu em Perus, lá pras bandas do Parque Anhanguera. Do tipo detalhista, esse queixada lembra como se fosse hoje do cheiro da lamparina de querosene enquanto passava, junto à mãe, a primeira cartilha. Aprenderam a ler juntos. “Aprendi a ler com a minha mãe soletrando.” O pai tinha planos que o caçula fosse fazer Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), coisa fina nos anos de 1950. Mas, com a morte de Seu Benedito, assim que Tião concluiu o grupo escolar, teve que começar a trabalhar para ajudar em casa. Foi trabalhar de caixeiro em um armazém. “Eu chegava em casa cinco e meia, seis horas da tarde mais ou menos, chegando em casa, eu sentia aquela falta do meu pai, então eu chorava. Eu acho que chorei uns oito meses”.

Mas parar não é um benefício dos pobres. No armazém, Seu Tião escavava terra, enchia caçamba e capinava o mato. Na olaria, também

fazia de tudo um pouco. Trabalhou ainda como ajudante de motorista. Como balconista e ajudante de caminhão em uma loja local, a “Casas Maia”. Nesse tempo, ele tinha em torno de 19 anos. Trabalhou muito. “Eu levei tão a serio o problema de arrimo de família, quando meu pai morreu, que até os 23 anos de idade, eu recebia o meu pagamento e dava todinho na mão da minha mãe”. Foi das Casas Maia que, finalmente, foi para a fábrica de cimento no ano de 1961.

Ramiro dos Santos

Os oitenta e quatro anos de Ramiro são insignificantes para o senhor, já de cabeça branca, mas de pernas fortes e mente lúcida. O filho, Ramirinho, nos diz que o pai não era muito de falar. “Imagina se fosse!”, ri o irmão Aroldo.

Ramiro nasceu na Vila Triângulo e entrou na fábrica como aprendiz, em 1947. “Depois, estudei mecânica de explosão, mecânica de carros”. Como em Perus não tinha vaga para sua função, o mandaram para Cajamar, onde ficou uma temporada. Na oficina, tinha um apego especial por suas ferramentas. “Depois, um motorista aposentou, e eles queriam um motorista que fosse de confiança e me chamaram pra ser motorista da diretoria.” O queixada foi um dos poucos a ter contato direto com o Mau Patrão. Nunca conversaram sobre greve, mas lembra que Abdalla era simpático e sempre lhe oferecia café.

A proximidade com a diretoria não o impedia de fazer parte da luta queixada. Participou de todas as greves, já que se aposentou quase ao mesmo tempo que a fábrica parou de funcionar, em 1986.

Aroldo dos Santos

Aroldo entrou na fábrica em 1959, após os primeiros queixadas conseguirem direitos trabalhistas imagináveis para aquela época. Era uma honra trabalhar naquela indústria, e ele mal podia esperar para trabalhar junto com o pai e os irmãos, “todos os cinco trabalhando, todos os cinco”. No início, trabalhou em Cajamar. “Lá era a continuação da fábrica de cimento, de lá que tiravam as pedras pra vir pra cá (Perus)”, mas, logo conseguiu transferência para Perus, já que – nascido e criado no bairro – trabalhar na outra cidade era um descontentamento para o moço, de então 20 e poucos anos.

Para o rapaz tudo era festa, na época, lembra que gostava de uma noitada nos bares, namorador que era. “Namorada sempre arrumava, né? Principalmente se era filha de outros trabalhadores, ia...”. Gargalha lembrando. E se arrumava confusão? Imagina, naquele tempo os pais tinham gosto em saber que as filhas namoravam trabalhadores, era carta de referência. Também gostava muito dos bailinhos que aconteciam da cooperativa da Fábrica. “Tinha uma banda musical, até o maestro ficou famoso... É Pedro Salgado, autor do ‘Dobrado dois corações’, a gente se divertia”. Além dos bailes, bares e namoradas, o rapaz gostava mesmo, era de futebol, jogou até em um time juvenil do bairro. Perguntamos se era bom de bola. “Gostava, mas não era bom, não”, ri.

Sempre foi pacato, mas isso nunca o impediu de lutar por seus direitos. Mesmo depois da greve, não deixou de lado o espírito queixada, afiliou-se ao Partido Comunista do Brasil, além de criar duas filhas, que se tornaram professora e psicóloga.

João Pedroso

João Pedroso nasceu em Toledo, Minas Gerais. Veio para São Paulo ainda jovem, acompanhado da família. “Trabalhavam na roça e vinham em busca de melhorias aqui para São Paulo, como até hoje o povo vem” observa Aparecida. Não demorou muito para que o homem sério do interior entrasse na Carpintaria da Fábrica. Não era dos mais fortes, mas tão esforçado quanto o pai, Eginô Pedroso, já acostumado com o trabalho na roça. “O pouquinho que estudou e participou do movimento na fábrica e na igreja, deu abertura para ele não ser aquela pessoa tímida, caipira”.

Tinha mais ou menos quarenta anos na época da grande greve. Após uns quatro meses em greve, conseguiu arranjar emprego na construção do Palestra Itália. Da turma dos estáveis, voltou para a fábrica ao vencerem a causa. E lá também se aposentou. Não sabia se ficava feliz ou triste, já que sentia falta do serviço diário. Fazia aniversários bissextos, em 29 de fevereiro. Morreu em 1994, aos 66 anos.

Antônio Gastalho

Descendente de português, Antônio Gastalho nasceu em Perus em 5 de outubro de 1926. Conhecido como “o padeiro”, por ser filho do segundo entregador de pães do bairro de Perus, ele rodava o bairro inteiro levando, de casa em casa, o pãozinho do café da manhã.

E desde sempre Seu Antônio foi trabalhador. Assim como todos os queixadas, ele era movido pela labuta. Quando menino, obrigado

pelo pai muito rígido, perdeu o funeral da mãe, para entregar os pães no bairro. Essa mágoa o acompanhou por toda a vida, da adolescência à maturidade.

Como passava por tantos lugares para entregar o pão, Antônio acabou ficando muito conhecido. Mas foi em 1950 que “o padeiro” passou a ser chamado assim também dentro da Fábrica de Cimento Portland Perus. Havia sido contratado como mecânico e lá ficou por mais de trinta e cinco anos.

E Antônio, que não era homem de brincar em serviço, também apoiou a greve e não entrou mais na fábrica, até que todos aqueles tivessem recebido a indenização pelos anos de luta. Durante os sete anos acompanhou as assembleias, e, indignado, não deixou nenhum fato escapar de suas anotações. Acontece que o pai era rabugento e Olga, diz hoje, entender o porquê dele ser tão nervoso. “Ele foi uma pessoa boa, mas muito nervoso com as coisas da fábrica. Depois que a gente cresceu, a gente foi entendendo. Ele falava muito da fábrica. Depois, a gente percebe que foi muito tempo que eles ficaram de greve e começa a entender mais”. Era bom de papo e de escrita. Fosse na sua caderneta de anotações, fosse nos memorandos disponibilizados pelo sindicato. Nada escapava da afiada caneta de Gastalho.



Piquete formado por mulheres de Cajamar, em maio de 1962.

As mulheres queixadas

E se aqueles homens queixadas lutaram bravamente contra um tubarão, isso apenas foi possível por terem ao seu lado mulheres também firmes permanentemente. As mulheres queixadas não eram só as esposas dos queixadas. Antes disso, eram também parte integrante de toda a luta. Iam às assembleias, faziam parte das piquetes e greves de fome.

A mulher de Orlando era falante. Quando a greve chegou ao fim, fazia questão de, todos os dias, contar sobre todo o sofrimento e da vitória. A queixada tinha orgulho da casa conquistada após receber os direitos da grande greve. Orlando nunca se incomodou da mulher tomar as rédeas da casa. “De vez em quando, tinha uns vizinhos meio chatos, que eram só reclamar à minha mãe, que eu logo apanhava. Não tinha “boi”, não!”, ri Arlindo.

As mulheres tiveram papel fundamental para que a greve se mantivesse, também concorda Tião. “Umas iam ser diaristas,

outras costureiras. Principalmente no Bom Retiro, que tinha muita oficina de costura, e dava muito emprego. Elas iam buscar a encomenda lá, trazia em casa, fazia e depois levava lá. A mulher tinha que trazer aquele fardão, iam nos trens cheios aí. Coitadas, sofreram pra chuchu, tinham que deixar as crianças”. Tudo para segurar as pontas em casa. Sua própria mulher também passou um perrengue danado. Ficava sozinha com filhos pequenos para que ele pudesse viajar com a comitiva dos queixadas. A esposa - que admitiu muito anos depois que só não passaram necessidade por causa da ajuda dos pais - lavava roupa ou trabalhava como diarista em algumas casas de família para ajudar. “Ela sempre me apoiou”.

No decorrer da greve, Aparecida Pedroso começou a trabalhar no ramo de costura pra ajudar em casa. Primeiro como rendeira, depois, remalhadeira. Por isso, atrasou seus estudos. “Porque o horário da firma não coincidia com o horário aqui da escola de Perus e a gente, bobinho, também não sabia que por lá teria escola. Você ficava sem estudar, era obrigada a trabalhar”.

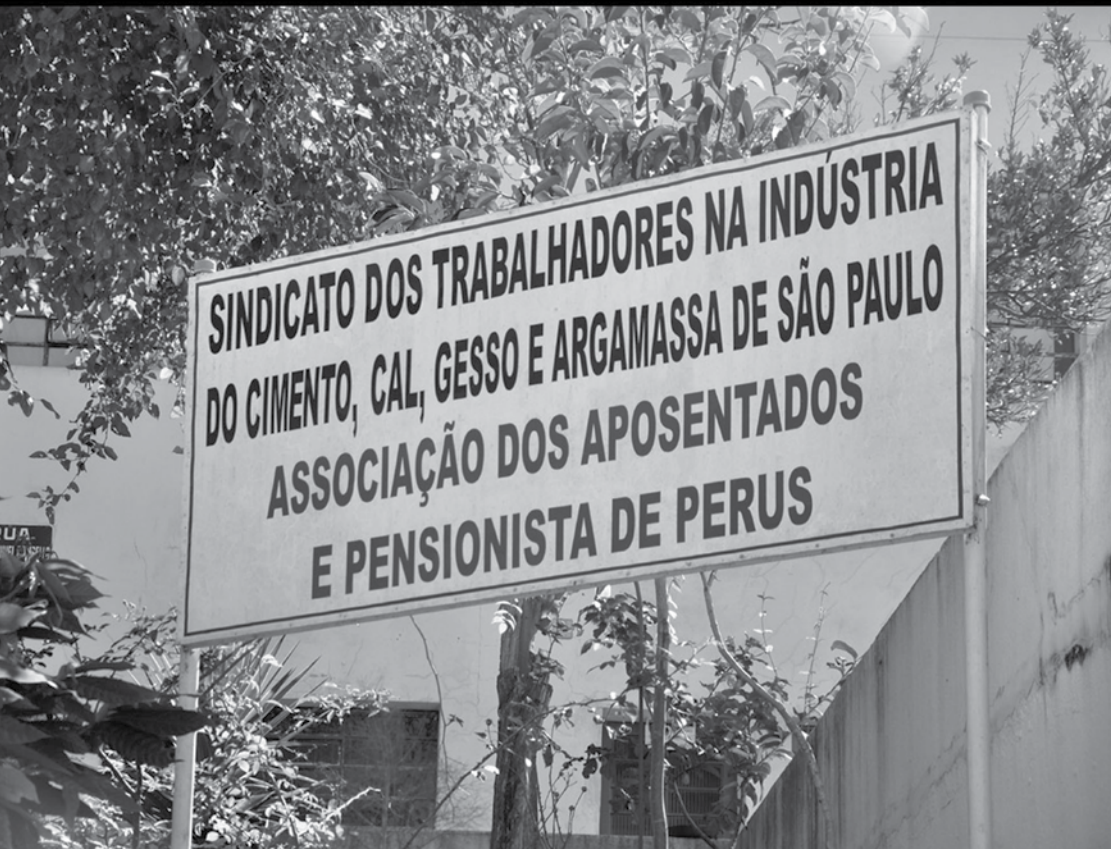
O pai começou a ganhar menos, após sua saída da fábrica. E, para que a casa fosse mantida, Dona Ezaltina Lemes Pedroso, também teve de ser uma queixada aguerrida. Mesmo simples e não se inteirando muito das questões da greve, foi à luta com o marido. Sua briga, no entanto, era no tanque e no ferro, na casa dos donos de uma antiga padaria local. “Além de tudo, ela era muito esperta, plantava ainda, arrumava nossa casa, eu não sei como podia fazer tanta coisa assim”.

Aparecida remonta ao tempo, emocionada. Para a mãe, foi tudo muito cansativo. “Ela tinha duas jornadas, trabalhava na padaria do espanhol e também arrumando a nossa casa”. Enquanto a mãe trabalhava, Aparecida cuidava dos irmãos mais novos e até água do poço que havia na casa ela, criança, já tirava.

“A sobra de comida que tinha lá, eles davam pra minha mãe. Às vezes, tinha comida boa. Outras, eu não gostava muito, porque espanhol tem comida diferente. Quando se comia dessa comida, economizava a outra, a nossa. Eu tinha irmãos pequenos e, geralmente, menino come bastante”, é a lembrança que Aparecida traz do período.

Na mesma época, Olinda descobriu que estava grávida e o marido com tifo. “Foi parar no Emílio Ribas, internado”. Quando quebrava o caminhão de comida que o sindicato trazia, ninguém comia. E grávida, com o marido doente e desempregado, Dona Olinda fazia o que podia para ajudar. Fez balas de coco, aquelas de noiva, para vender e ajudar em casa. “Cheguei a fazer 10 kg por dia”.

E, assim como as demais mães, esposas, irmãs e filhas, ela também levou a luta na pele. Além das balas, foi a costura de camisas que manteve a casa, até o marido se restabelecer. “Eu fazia setenta camisas, cinquenta de mangas curtas e vinte e cinco de mangas compridas. Eu me matava na máquina”.



Capítulo 9
Não parou por aí
lutas de 1959 a 1960

09. Não parou por aí lutas de 1959 a 1960

A partir da greve de 1958, os queixadas passam a firmar ainda mais sua luta. Em 1959, a gestão do Mau Patrão demite oitenta funcionários com mais de nove anos de casa. A demissão em massa queria evitar que os empregados alcançassem a estabilidade, já que naquele período somente trabalhadores estáveis (com mais de dez anos de serviço) recebiam os direitos trabalhistas. Os queixadas tomaram a frente mais uma vez. Se reuniram e decidiram dar o prazo de quarenta e oito horas para que a empresa pagasse todos os direitos dos funcionários. Caso isso não acontecesse, os quase mil trabalhadores da Perus entrariam em greve novamente.

Antes dos dois dias dados pelo sindicato, Abdalla convoca trabalhadores vindos de outras fábricas para o funcionamento da empresa. Às seis da manhã de 31 de agosto de 1959 a Portland Perus é paralisada novamente. Depois de negociação entre o Mau Patrão, Mario de Jesus e o deputado Franco Montoro, Abdalla aceita fazer o pagamento.

Mas, agora, somente um dos trabalhadores queria a indenização, os outros setenta e nove queriam voltar ao trabalho. A direção da fábrica aceita os queixadas de volta. A manifestação, novamente, ganha simpatia popular, pois os interesses dos envolvidos não eram financeiros, mas por condições dignas de trabalho.

Na ensacadora, por exemplo, não havia tempo ruim para o serviço pesado, que, muitas vezes, prejudicava até mesmo a saúde de seus funcionários. Quase todos os dias algum homem ia parar na enfermaria instalada dentro da fábrica, porque sacos de cimento estouravam em seus olhos. Fato corriqueiro. E cimento queima, pode até cegar.

Seu Gastalho mesmo não faltava no emprego de jeito nenhum. Não faltou e nem mesmo contou pra ninguém do dia que levou um tomboço no meio dos trilhos da maria-fumaça. Um dia, quando já estava aposentado e um pouco adoentado, foi ao médico com dor nas costas. Só nesse dia Olga e Dona Maria descobriram que o pai havia quebrado uma costela.

E essa não foi a única sequela do trabalho duro na fábrica. Antes mesmo de sair de lá, foi transferido para o almoxarifado. A perna já não aguentava mais. “Ele tirava a botina do pé pra descansar, aí, dali a pouco, já vinham chamar ele. Não tinha tempo de descansar o pé, né? Acho que foi isso que começou a dar dor na perna dele. Aí dava nas duas. Depois no joelho. Passava mal mesmo”. No mesmo período foi operado dos olhos. Dona Maria não sabe ao certo se este problema foi em decorrência do trabalho da fábrica.

Mas um dos irmãos do Tião Silva, que era forneiro, ficou cego de tanto ficar olhando para a abertura pela qual monitorava os fornos.



Humberto Müller

Tião Silva volta, no setor onde o irmão trabalhava

Essas condições trabalhistas eram quase inexistentes naqueles tempos. Mas isso não era exclusividade da Perus. Sem capacetes, sem máscaras ou proteção alguma, diariamente, os operários colocavam sua vida em risco entre os muros da fábrica.

Mas após a greve de 46 dias, a situação começou a melhorar. “Naquele tempo, todo mundo queria trabalhar na fábrica. Principalmente depois da greve de 1958, que conseguiram os benefícios. O emprego era bom, o salário era bom”, conta Tião. E, para quem era acostumado ao serviço braçal, Tião no início até estranhou. “Os parceiros falavam assim ‘Ô, rapaz, você não tá nas Casas Maia, não, aqui você tá ganhando por hora, vai devagar com isso’ ”.

E como ser funcionário da indústria havia se tornado um sonho de consumo, Tião lembra que só conseguiu entrar graças a indicação do irmão e de Tião Carpinteiro, padrinho de um dos seus filhos. E isso era muito comum na época. “Só entrava por indicação”, era um privilégio trabalhar naquela fábrica, principalmente após a greve de 1958, que assegurou direitos quase inexistentes aos trabalhadores daquele período. “Quando eu entrei na fábrica, a sensação era de que eu estava realmente empregado. E que existia um movimento organizado lá dentro. E que o sustento da minha família e tudo mais tava garantido. Eu achava que era o melhor emprego do mundo”.

Direitos reivindicados

A luta não parou. Algumas semanas depois da volta dos setenta e nove trabalhadores, os queixadas passaram a reivindicar o chamado salário-família. O auxílio seria dado às mulheres donas de casa e aos filhos menores de catorze anos. Com medo de uma nova paralisação, a Portland cede ao pedido e concede a bolsa de Cr\$ 1.000,00 (antigos) para as mulheres “do lar” e Cr\$ 500,00 por filho. Para que o benefício fosse recebido era necessário mostrar à direção as certidões de casamento e de nascimento. “Foi então que muita gente andou se casando, já com filhos crescidos”, lembra o advogado Mario.⁵

Os sindicalistas também conseguiram de forma amigável o prêmio-produção, incluído no acordo salarial de 1960. A bonificação por produção aumentou de forma expressiva a fabricação do cimento na indústria. Outra grande reivindicação dos queixadas foi o fundo da casa própria. O benefício consistia na venda das terras ao redor da fábrica aos trabalhadores e o pagamento seria por meio da retenção de 5% dos salários dos compradores. A direção, no entanto, não cumpriu este acordo, abrindo caminho para a greve dos sete anos.

No período que aconteceram todas essas manifestações, os queixadas chegaram até a emprestar um milhão de cruzeiros (antigos) ao Mau Patrão, para completar a folha de pagamento e evitar uma nova greve.



Capítulo 10
14 de maio - param os fornos

10. 14 de maio - param os fornos

Em 14 de maio de 1962, sem resposta do patrão, as quatro empresas entram em greve, junto ao acordo de que ninguém voltaria ao trabalho até que todos os pedidos fossem atendidos.

Na manhã desse dia, ao começar a lidar com os afazeres da casa, Dona Olinda começa a ouvir boatos de que toda a fábrica estava parada. Suas máquinas foram paralisadas e todos seus operários cruzaram os braços. Anastácio ainda não havia ido trabalhar. Como ele fazia três turnos, todos os dias mudava o horário.

Anastácio não entrou às duas. Tião não entrou às nove da manhã. Assim como Aroldo, não entrou às nove da noite. Era só o início de uma greve que duraria sete anos. Sete longos anos.

Anastácio não sabia que a greve se iniciaria naquele 14. Preparava-se para trabalhar normalmente, quando, às seis e meia da manhã, as máquinas pararam. “Entraram e falaram: ‘para! Para! Para! Parem os fornos!’”, relata Dona Olinda. “Eu soube assim, por boatos: parou a fábrica, parou os fornos. Aqueles fornos nunca poderiam parar. Uns fornos muito grandes, enormes. Correu boato: parou! Parou! Parou, mas a gente era ignorante, a gente pensava que dali a um pouquinho iriam ligar de novo. E pronto, era só uma disputazinha entre o sindicato e o patrão. E logo ia resolver”.

Aroldo e os irmãos ficaram de fora da fábrica. Todos estavam de acordo com a greve. “A expectativa é que aquilo se resolvesse em 15 dias, no máximo. Quando esses dias passaram, o negócio se prolongou, enquanto a gente sofreu”.

Mas, ao passar de 32 dias, todos aqueles que estavam de comum acordo, voltaram ao trabalho, exceto os queixadas da Perus. Com isso, o grupo peruense se organiza e passa a pedir a desapropriação da fábrica, pelo não cumprimento de acordos trabalhistas estabelecidos com a gestão em 1959 e 1960.

No dia sete de agosto de 1962, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou o parecer de juristas a favor da desapropriação ao lado de um manifesto dos sindicalistas intitulado *As razões da justa greve da Perus*, que trazia reivindicações como: o pagamento de 5% do salário, que estava retido desde 1960 (dinheiro que era para o loteamento de casas de operários, no total de 17 milhões da moeda da época); pagamento do prêmio coletivo acordado em 1961, pagamento de 10% da taxa de insalubridade; registro de 100 trabalhadores que trabalhavam nos eucaliptos, contratação de nova mão de obra, pagamento de horas de espera pelo pagamento e antecipação de 20% do salários dos trabalhadores da indústria Carioca.

A Fundamentação Jurídica para a Desapropriação da «PERUS»

A PROPOSITO DA DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL

JANIO QUER PROCESSAR CP!

Pedro Muller informa: O Sr. Janio Quadros tem afirmado a quem o entrevistamos que, caso se dê a desapropriação da Companhia Perus, ele não se sentiria obrigado a processar a CP.

A Fundamentação Jurídica para a Desapropriação da «PERUS»

A PROPOSITO DA DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL

JANIO QUER PROCESSAR CP!

Pedro Muller informa: O Sr. Janio Quadros tem afirmado a quem o entrevistamos que, caso se dê a desapropriação da Companhia Perus, ele não se sentiria obrigado a processar a CP.

As razões da justa greve da «Perus»

Em 14 de maio de 1962, 3 fábricas do grupo industrial da deputada J. J. Abdalla pararam depois de o empregador deixar de cumprir compromissos escritos e de violar sistematicamente a lei. Após 22 dias de justa e pacífica paralisação, os trabalhadores de 3 fábricas tiveram sucesso na «CAP», de Abdalla, na fábrica de Papel Caraca, de São Paulo, na Usina Miranda de Pirajui, com o atendimento total das reivindicações, passando ainda o empregador a pagar, desde 15 de maio de 1962, o salário de 22 dias como se os trabalhadores tivessem realmente trabalhado. Além disso, o meu colega assinou um acordo que autoriza os trabalhadores a pararem o serviço se o pagamento não sair no 12.º dia útil.

As razões da justa greve da «Perus»

Em 14 de maio de 1962, 3 fábricas do grupo industrial da deputada J. J. Abdalla pararam depois de o empregador deixar de cumprir compromissos escritos e de violar sistematicamente a lei. Após 22 dias de justa e pacífica paralisação, os trabalhadores de 3 fábricas tiveram sucesso na «CAP», de Abdalla, na fábrica de Papel Caraca, de São Paulo, na Usina Miranda de Pirajui, com o atendimento total das reivindicações, passando ainda o empregador a pagar, desde 15 de maio de 1962, o salário de 22 dias como se os trabalhadores tivessem realmente trabalhado. Além disso, o meu colega assinou um acordo que autoriza os trabalhadores a pararem o serviço se o pagamento não sair no 12.º dia útil.

A Doutrina Social Cristã e Desapropriação da «PERUS»

PARECER

CONSIDERAÇÃO: A doutrina social cristã, baseada nos princípios da justiça social, defende a proteção dos direitos dos trabalhadores e a promoção do bem-estar social. A desapropriação da Perus é justificada pelo interesse social e pela necessidade de garantir a continuidade da produção e o emprego dos trabalhadores.

Alcides Penteado

Alcides Penteado, advogado, defende a desapropriação da Perus como medida necessária para garantir o emprego e a produção.

Abdalla não deixou barato. E se os queixadas tinham como principal liderança e porta-voz o advogado Mario Carvalho de Jesus, o Mau Patrão também tinha um time de peso. Quando a grande greve começou, J.J. trouxe a deputada Conceição da Costa Neves para convencer os trabalhadores a desistirem daquela loucura.

Nesse momento, a sala de aula do sindicato ganha vida. Falando com as mãos, aquele senhor franzino e meio tímido, cresce. É com riso no canto dos lábios, que seu Aroldo descreve um dos episódios que mais marcaram sua vida. "Ela veio aqui, eu lembro desse dia. Chegou dando bronca em todo mundo. A turma toda abaixou a cabeça. Nisso, chegou o Mario Carvalho de... Isso eu lembro, esse fato eu lembro como se fosse agora que eu tô vendo. Mario Carvalho de Jesus entrou aqui na frente fazendo assim com o dedo pra falar 'Quem autorizou você a entrar aqui dentro, faça um favor, saia pra fora, saia pra fora!'. Ela abaixou a cabeça e saiu, chegou ali - naquele tempo era guarda civil e força pública era polícia - encheu de guarda civil, mas eles não entraram, não passaram dali. Ela ficou fazendo assembleia pra turma dela do lado de fora. Eu lembro que ele tocou ela daqui sem problemas."

Foi em uma esquina sem asfalto o cenário dos embates erguidos nas assembleias dos queixadas. Aconteciam na rua onde hoje é a sede do sindicato. Lá, Dr. Mário Carvalho de Jesus e a Deputada Conceição da Costa Neves se digladiavam em palavras no alto da sacada, enquanto a multidão assistia da rua, já que por serem tantos, não cabiam dentro da sede.

“Eu não sei dizer exatamente o que ela alegava. Mas sei que ela tava do lado do patrão. Eles debatiam as questões da greve, só não falavam palavrão. A gente pensava que iam se pegar”, lembra Arlindo, na época, um adolescente.

Olinda lembra perfeitamente do dia que a deputada veio ao sindicato recrutar os operários para que voltassem ao trabalho. “Trabalhadores da Perus, voltem a trabalhar, a greve de vocês foi um furo n’água, vocês perderam na justiça, vocês vão perder o emprego, voltem!”, lembra do discurso da deputada, que fazia denúncias contra o sindicato, enquanto gritava “venham me desmentir!”, completa Olinda.

E quando a comitiva enviada por Abdalla foi embora, foi a vez de Mario Carvalho de Jesus subir ao palanque. “Vocês querem voltar a trabalhar, vocês querem canga - Dona Olinda faz um gesto com as mãos, o mesmo que Mario fazia, simulando um homem em cima de um cavalo, em referência ao peleguismo - Vocês querem canga? Então, voltem!”. A viúva lembra, que assim como o marido, a maioria dos trabalhadores não voltaram. “Eles o respeitavam”. “Tiveram que sair das casas e nenhum sindicato veio ajudar e dar uma mão naquela hora”, lembra com mágoa. Enquanto isso, Aparecida reproduz os gritos de guerra entoados pelos operários.

- “Conceição da Costa Neves,
de você não tenho medo,
você é deputada
só pra defender pelego”.

*

- “Queixada, queixada,
vamos fazer revolução,
nosso chefe é você,
queixada,
E o povo:
- “Qual a solução?
- Encampação!

Livro: Cimento Perus - 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal



Assembleia realizada no Sindicato, em agosto de 1962

Acusando-os de comunistas, Conceição afirmava que os sindicalistas estavam impedindo os “trabalhadores honestos” de voltar ao emprego. Seu discurso, no final, surtiu efeito. Noventa dias depois do início da paralisação, 101 trabalhadores furam a greve e entram na Perus. Seu Aroldo e os irmãos não arredaram pé da causa e continuaram na luta.

Antes mesmo desse dia, Antônio resolveu fazer uma visita à namorada das cartas. Era sábado. Haviam passado um dia todo namorando. Passearam pelo jardim e em volta da igreja de Andradas. Mas na segunda-feira teve que partir. Isso por que um dia antes de sua volta a Perus, o telhado da casa de Maria quase foi pelos ares, com aquele vento que assustava. Antônio se voltou para Maria e lhe disse, de forma convicta, “isso é um sinal, preciso voltar”. Em carta posterior, ele relatou à moça que, ao chegar naquela segunda-feira, já tinham furado a greve.

O sinal dos ventos – maus ventos – havia lhe avisado que a greve estava tomando novas proporções. Com a promessa da antecipação de 30% do salário a todos os trabalhadores que furassem a greve, no dia 21 de agosto do mesmo ano cem ex-grevistas, junto a outros trabalhadores trazidos por Abdalla, entraram na fábrica de cimento e abandonaram a greve.

Uma semana depois parte dos trabalhadores de Cajamar também abandonaram a luta. Por lá, a polícia invadiu o clube dos trabalhadores, que virou dormitório, e expulsou o padre local, que apoiava a greve de sua casa.



Passeata das mulheres queixadas no centro de SP

O desenrolar da greve

Quando a grande greve começou, não só a Fabrica de Cimento Portland Perus, como outras três fábricas do grupo Abdalla - Usina Miranda (Pirajuí/SP), Tecelagem Japy (Jundiaí/SP), Fábrica de Papel Carioca (Jundiaí/SP) e Copase (Companhia Paulista de Celulose, em Cajamar/SP) – paralisaram seus serviços, totalizando 3.500 trabalhadores insatisfeitos com as condições de trabalho. Juntos, enviaram um ofício a Abdalla reivindicando melhores condições trabalhistas.

No princípio, chegavam muitos policiais até Perus. “Como o dono da fábrica tinha medo de que eles entrassem e a quebrassem, pediu ao Governo que mandasse reforço policial”, conta Elias, que lembra que, nesse momento, a população vivia com o fantasma do Comunismo na cabeça e as nações tinham medo de revoltas da população. “Então, eles mandavam segurança. E se viam pessoas à noite que podiam se dirigir à fábrica, eles interferiam, tiravam do caminho, pra não deixar entrar”.

Muitas vezes, os moradores de Perus ouviam burburinhos dizendo que os queixadas invadiriam a fábrica, lembra-se Seu Elias, que acha que isso não aconteceria, pois o policiamento era reforçado. “Eu me lembro que chegou haver até o brucutu aqui”, fazendo referência ao carro blindado do exército brasileiro. Elias fala, ainda, que até mesmo a cavalaria chegou ao bairro. Passavam na rua, olhando todo o movimento e aquilo deixava a população toda ouriçada, já que aquele era, além do tempo dos queixadas, o tempo também de um período difícil para todo o país, a Ditadura Militar.

As notícias, nesse período, chegavam no chamado boca a boca, de vizinho a vizinho, em um telefone sem fio de um lugar que nem, ao menos, tinha telefone. Era um compadre que chegava para prosear, ou o filho de um ou de outro. Todo mundo falava sobre a fábrica. Era a pauta do dia. Aliás, foi a pauta do dia por mais de sete anos.

“Quando fomos fazer piquete veio uns brucutus jogando jato d’água e de areia na gente”. Recorda o queixada Aroldo. “Tem horas que a gente pensa assim: será que são coisas que a gente tem que passar na vida mesmo? Mas não é fácil, né?” reflete.

Os policiais daquela época eram chamados de “força pública”, o que equivale à tropa de choque de hoje. Com capacetes redondos, no estilo pinico, chegavam já espantando qualquer tipo de reunião. Bastava ver uma roda qualquer de amigos conversando, para que as dispersasse. Não tinha esse negócio de chegar revistando, lembra Arlindo.

Sidnei, superprotetor, recorda quando os policiais se alojaram na vila em que morava. O então adolescente protegia com audácia a mãe das provocações dos militares. É de se entender, o pai de Sidnei foi muito visado por ser uma das grandes lideranças do grupo, fazia parte da Frente Nacional dos Trabalhadores. Se a família não passou necessidade no período da grande greve foi devido a habilidade de carpintaria de Tião, que empreitou obras no litoral, empregando inclusive outros queixadas.

Sempre atrevido, levou essa característica à vida adulta. Hoje em dia, não se separa de sua boina, assim como não se separa da luta sindical. Por suas atitudes astutas e inesperadas, Sidnei passou a ser conhecido no meio sindical como Raposão.

Mas os sete anos de greve também trouxeram muitas coisas positivas para o convívio familiar. Se antes da greve os irmãos Santos, Aroldo e Ramiro, pouco se viam, durante o período passaram a se encontrar frequentemente. Fosse para discutir as questões sindicais, fosse explicar para a mãe o porquê daquela bagunça toda.

E entre brucutus, manifestações e força armada, eis que um casal se dá a chance de viver um romance a distância, de um amor que teve início na fábrica de cimento. Esse amor foi concomitante ao início da greve que duraria sete anos, enquanto o relacionamento dos dois durou quarenta.

Quando Maria chegou para trabalhar como empregada doméstica em Perus ficou na casa dos tios, um deles começou a lhe falar sobre um moço distinto e trabalhador da fábrica, que podia ser um bom

partido, pra mocinha do interior com cara de boneca e jeito simples. Foi aí, então, que o tio lhe cantou a bola: vá levar pra mim a marmita hoje na fábrica.

Quando viu que já estava dando umas onze horas, a moça se arrumou toda e foi ao encontro do parente. Chegando lá, ele a avisou, em segredo, que só pegaria o caldeirão de comida de suas mãos, na hora que seu futuro pretendente passasse.

E na hora que ela avistou aquele homem de olhos azuis... “Aí, quando ele passou, eu vi. Aí ele passou assim e ele olhou assim de lado. E eu vi quando ele olhou e foi embora. E não falou nada. Mas ele tava com aquele olho assim de cor água, aquele olho bonito, né?”, lembra a senhora, enquanto ao seu lado a filha Olga ri orgulhosa, de ouvir a história dos pais.

Mas depois desse dia, Dona Maria, que nem dona era na época, foi obrigada a voltar para Andradas, sua cidade natal. Se na terça havia visto os olhos azuis que não tirava mais da cabeça, na semana seguinte a mãe veio lhe buscar pra ir embora.

Antes de ir, Maria e Antônio voltaram a se encontrar na fábrica. “Quando foi no domingo, minha mãe já tinha chegado. Aí, fui lá no Triângulo aquele dia, conhecer ele”. Sua prima ficava mais ansiosa que ela própria. Em um tempo que namorar era só conversar, nem pensar em pegar na mão, o homem sisudo já falava mesmo em casamento. Afinal, ele já tinha seus trinta e cinco anos,

não tava pra brincadeira. “Aí ele tinha comprado já esse terreno aqui e, com o dinheiro que ele trabalhava na fábrica, ele tava começando a construir, a levantar os alicerces. Eu conheço essa casa desde o alicerce!”, lembra Dona Maria, enquanto para e olha para a sala, pensando em tudo que ela e o marido construíram juntos. Agradecida pela família, Dona Maria, diz que, se ele não tivesse morrido, fariam bodas de ouro, em 2014. “Ficamos casados quarenta anos certinho”.

A moça voltou pra sua terra, e o romance, ah, esse deu continuidade por meio de cartas. Nos escritos, havia sempre uma grande carga de tinta depositada em assuntos sobre a fábrica. Todos os dias, ele falava sobre o trabalho. “Ele mandava carta pra mim, eu mandava pra ele. Aí, ele só falava de fábrica. Só falava de fábrica”. As cartas foram jogadas todas fora. Dona Maria não guardou sequer uma delas, escritas durante três anos. Afinal, o amor nascido, praticamente na greve, expandiu-se nos filhos e netos.



E, assim como os de Maria e Antônio, os filhos de Tião Silva também são filhos da greve. No início, o queixada era parte integrante das engrenagens que sustentavam a continuidade da greve. Se antes elas estavam concentradas dentro da fábrica, agora eram os próprios operários, fora dela, mas lutando por seus direitos. Integrante da comitiva que buscava meios de subsistência para os grevistas, Tião e outros companheiros partiram em um grupo de doze pessoas rumo ao interior de São Paulo. Nas cidades de Leme, Araras, Porto Ferreira, Campinas e Matão, em duplas ou individualmente, tinham que se virar nos trinta em busca de auxílio para a causa.

Tião chegou a Porto Ferreira e foi direto para a Casa Paroquial local. Nunca se esqueceu do nome do padre Pavesi. Com a ajuda da Juventude Operária Católica (JOC), ficou hospedado na casa de Lázaro, um jovem do movimento. Juntos, fizeram assembleias nos sindicatos da cidade. “Consegui no sindicato de lá que cada trabalhador desse um dia de trabalho”.

Em São Carlos, Tião ficou em uma Casa Paroquial muito pobre. O padre se alimentava nas igrejas que celebrava a missa e, à noite, dependia da sopa doada por uma família local. “Quando a gente ia tomar essa sopa já era onze e meia, meia noite”. Na casa do padre havia apenas dois pratos, duas colheres, dois garfos e duas facas. Não havia coador para o pó de café, tampouco o pó ou açúcar. “Era pobríssimo”.

Na segunda cidade, pediu de porta em porta. “Chegava, batia palma, levava o folheto explicando a greve. ‘Dona, eu sou grevista da fábrica de cimento lá em Perus, meu patrão é um cara muito rico, que tem mais fábricas, tem

fazendas, é J.J. Abdalla. Só que ele costuma não pagar ninguém, e nós não tivemos outra saída se não fosse fazer a greve pra que ele pague o que deve pra gente. Nós estamos lá com a nossa família passando fome. Sem dinheiro, não tô podendo pagar nem aluguel, nem água, nem luz. Tãmo pedindo uma ajuda pra Senhora.’ ‘O que eu posso dar?’ ‘A Senhora pode dar uma caixa de fósforo, duas batatas, leite, meio quilo de arroz, qualquer coisa.’ A mulher ia lá dentro, fazia uma cestinha básica e trazia e dava pra gente.” Chegaram também doações do Rio Grande do Sul, Ribeirão Preto, e, segundo recordação de Aroldo, veio ajuda até dos Estados Unidos.

E, firmes o tempo todo, a greve se sustentou. Houve assembleias, muitas assembleias. Mas tinham aqueles que não gostavam muito de participar, preferiam se informar nos botecos. Sidnei recorda que, muitos que dizem ter sido assíduos na greve, na verdade não foram. Ainda novo, quando tudo aconteceu, lembra que olhava alguns operários grevistas e pensava: “esse é bundão, esse é menos bundão”. Admite que, já mais velho e trabalhando no sindicato com Dr. Mário, entendeu a importância de todos na greve, mesmo de forma coadjuvante.

E depois de quatro meses do início da greve, foi acordado em assembleia que os trabalhadores deveriam tirar uma nova carteira de trabalho – a primeira estava presa na justiça – e procurar outros empregos, até que a questão fosse resolvida judicialmente. “Foi, então, que foi gente trabalhar na construção do Parque Antártica, no Morumbi, e vários outros empregos em São Paulo. Eu fui trabalhar com ônibus, motorista de ônibus, cheguei até a trabalhar na CNTC”, fala orgulhoso por ter trabalhado na companhia de ônibus.

Para que os filhos não passassem fome, João Pedroso também arrumou outro trabalho. Homem do interior, agora tinha que pegar a condução para chegar ao novo ofício. “Meu pai trabalhou na construção do campo do Palmeiras, no Palestra Itália”.

Com o pai desempregado, Arlindo logo teve que começar a trabalhar para ajudar em casa. “Na época, eles falaram que era abandono de causa”. Não chegaram a passar fome, já que o pai, mesmo pacatão, logo tratou de tirar uma nova carteira de trabalho. E o homem da roça foi atuar como guarda noturno.

“Todo mundo ficava de ouvido atento no rádio. Poucos tinham televisão. Então eles ficavam no rádio, no noticiário, pra ver se falava alguma coisa sobre a greve. Porque o que a gente queria é que a greve terminasse, pra sair daquele sufoco, meu pai voltar para a fábrica. Porque ele teve que se virar, trabalhar à noite, trabalhar de guarda noturno. Sempre trabalhava de servente. Ele era um homem da roça, era difícil. Então, a gente também tomava as dores”, mostra Arlindo o sofrimento pelo qual passaram aquelas famílias antes da greve chegar ao fim.

Foram cerca de oito meses até Seu Anastácio voltar a trabalhar. E, no início, as coisas ainda continuavam difíceis. Começou em uma pequena fábrica, dessas que pagam por semana. E a família sentiu a diferença. A verdade, para Dona Olinda, é que a Portland Perus pagava bem seus funcionários, mesmo com todos os poréns.

Dona Olinda não sabe explicar bem se o marido era estável ou não, lembra que o marido ganhou um dinheiro, suficiente para reformar a casa que vive hoje, com material comprado das Casas Maia, parcelado em três vezes.

Para a senhora, o sofrimento da greve foi mais marcante que qualquer dinheiro. “Eles nunca ganharam a causa.” E, talvez, para ela, não tenham ganhado mesmo, que causa é ganha para uma mãe que vê os filhos passando vontades e não pode suprir?

“Meus irmãos arrumaram um bico numa firma de um amigo, na Barra Funda, e eu fiquei trabalhando de vendedor de bebidas aí, tirando pedidos em armazém, em uma distribuidora de bebidas que me ofereceu um emprego e quebrou o galho”. E, assim, as coisas começaram a se ajeitar na casa de Aroldo e Ramiro.

Foi no dia seis de junho de 1964 que se deu o casamento da mineira Maria e do padeiro Antônio. Cinco dias antes, ele havia entrado no novo emprego, após ficar dois anos em busca de um novo ofício. A firma chamava-se Mobilínia, emprego arranjado pelo irmão mais novo. Foi lá que ficou durante quatro anos.

Com o passar dos anos, a greve também foi tomando outras formas. As piquetes praticamente acabaram. Os protestos, agora, eram passeatas. As assembleias, a melhor forma de manter a constância dos encontros. Se o queixada não podia ir por causa do emprego, ia a mulher com os filhos nos braços, faz questão de pontuar Tião, reafirmando a importância das mulheres nessa tão longa greve.

Seu Tião também fala de um caso específico, quando uma mulher de pelego pediu à sua esposa umas das filhas do casal de queixadas para criar. “O marido dela era chefe lá na fábrica, ganhava bem, tinha empregada e tudo, e ela era uma pessoa muito caridosa. A gente ia lá pedir alguma coisa pra ela, ela dava e prontinho. E a minha mulher passava todo dia no portão da casa dela. E quando ela tinha alguma roupa de criança, para as minhas crianças, ela dava. E a minha mulher aceitava, né. E um dia ela falou pra minha mulher ‘Dá essa menina pra mim’, que era a minha filha mais velha. ‘Dá ela pra mim, porque você vai ter dificuldade, você já tem seis filhos. Se você me der ela, você fica com cinco só, e aí vai aliviar um pouco mais o custeio pra vocês. ‘Foi aí que minha mulher falou ‘Eu vou pedir esmola, mas eu não dou filho pra ninguém. É meu e eu não dou’ ”.

Quando Seu Tião começou no novo emprego, teve que comprar um uniforme completo. A roupa foi presente da sogra, já que fazia mais de seis meses que estava desempregado.

Muitos outros conseguiram emprego logo, mas alguns não tiveram muita sorte. Breno, então presidente do sindicato, foi muito visado. “O nosso presidente, o João Breno, ele teve muito problema. Teve problema a ponto de, em São Paulo, ele não achar emprego em lugar nenhum. Todo lugar que ele batia os caras diziam ‘Ah, não tem, agora não’ ”. Certa vez, ao pedir emprego a um figurão importante em Jundiaí, Paulo Egídio Martins, membro da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa, ofereceu-lhe uma verba assistencialista, dinheiro sem precisar trabalhar.

Breno virou as costas e foi embora. Como todo queixada, estava atrás de emprego, não de esmolas.

E, por sete anos, aconteceram assembleias quase semanais, e muitos altos e baixos. Certa vez, a fábrica quase foi encampada pelo governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto. Mas, no fim, não deu em nada e a luta continuou.

Nesse período, o salão de baile, os filmes do Sesi e a pouca diversão que Arlindo ainda encontrava nos arredores da fábrica foram extinguidas. Todo o salão se transformou em alojamento para policiais civis.

Depois do primeiro emprego pós-greve, Anastácio, indicado por um amigo, assumiu como encarregado em uma empresa grande, fiscalizando as obras. Dona Olinda começou a trabalhar de enfermeira, e as coisas melhoraram. Mas, aqueles anos de greves, aqueles sete anos de luta, nunca foram esquecidos.



Capítulo 11 Queixadas x Pelegos

11. Queixadas x Pelegos

Uns tantos decidiram permanecer na greve. Outros, porém, desistiram no meio do caminho e voltaram a trabalhar. “Pelego era aquela coisa assim que põe no cavalo, põe a sela em cima e o cara monta. Isso tem o nome de pelego”, explica Aroldo o porquê da alcunha dada aos que furaram a greve.

Mas a decisão de muitos pelegos não foi tomada assim tão fácil. O avô de Aparecida, Seu Agenor Pedroso, teve, mesmo contra sua vontade, que furar a greve.

Aparecida se lembra como se fosse hoje. O avô, que morava perto de sua casa, sempre ia os visitar. Já próximo de se aposentar e com problemas cardiovasculares e de hipertensão, bateu um dia no portão de seu filho, João Pedroso. Os dois estavam na greve, até iam juntos aos piquetes, quando a paralisação já perdurava quase três meses. Diferentemente do filho, Agenor não era da turma dos estáveis. Já idoso, se ficasse em greve, dificilmente arrumaria outro emprego. Demorou a decidir se entrava ou não. Sem saber o que fazer, foi pedir a opinião do filho. “Vim aqui pra ver o que você acha, que eu estou pensando em voltar a trabalhar”. Meu pai disse ‘você que sabe’. ‘Eu não sei, o que você acha, devo voltar ou não?’ ‘Se o senhor acha que é melhor pro senhor, que deve voltar a trabalhar, que não vai conseguir em outro lugar, então, o senhor volta’ ”. O avô

de Aparecida ainda insistiu para que o filho voltasse com ele, já que tinha tantas crianças pequenas para criar. Mas esse foi irredutível. “Então, o senhor volta, mas eu não vou voltar”.

Para Tião, o pai era um herói, por ter trabalhado até o último segundo da vida. Hoje, ele também, aos quase oitenta anos, continua firme na labuta. Mesmo aposentado, é presidente da Associação dos Aposentados do Sindicato, onde marca presença três vezes pela semana. Herança do pai.

Atributo este que marca todo o grupo dos queixadas, que, no fim, apenas queriam poder voltar a trabalhar. Orgulho esse compartilhado por Sidnei. Compartilhado por Olga, que lembra com carinho do pai nos almoços de domingo, contando e recontando os sete anos de greve. “É que ele falava bastante. Domingo, quando chegava na mesa, né, aí chegava uma hora que a gente pensava ‘ah, meu Deus do céu, só fala da Fábrica’. Adolescente, né? Meu irmão falava ‘não aguento mais, fala sempre a mesma coisa’ ”.

Esse tempo é contado por Dona Olinda com muita dor. Ela recorda como foi ver tantos amigos virarem inimigos. Irmãos se desentenderam, já que um era queixada e o outro pelego. Vizinhos já não se falavam e o cotidiano dos moradores de Perus já não era o mesmo.

Tião sente saudades dos amigos da fábrica, e enfatiza “Queixada é sempre queixada e pelego é sempre pelego”, ri, como quem fala de novo de uma brincadeira ou uma pelada com a turma.

E o mesmo irmão que o ajudou a conseguir emprego na fábrica, foi um dos que furaram a greve, tornando-se pelego. “O meu irmão foi do sindicato, depois foi pelego. Furou a greve depois de 90 dias, foi trabalhar”, gargalha Seu Tião, e completa “eu nunca perdi a amizade com o meu irmão, mas ele nunca falou pra mim ‘você deve ir trabalhar que é melhor’ e nunca chegou e disse ‘eu vou te ajudar com isso ou com aquilo’. Eu sempre me virei sozinho”.

E queixada é queixada, pelego é pelego. Ou melhor, Queixada é pé-de-cana e pelego é gola vermelha. “Gola Vermelha porque a nossa turma apelidava os Pelegos assim. E eles apelidaram a nossa turma de Pé-de-cana”. E Pés-de-Cana e Golas Vermelhas não se misturavam nem mesmo na igreja.

Ele mesmo não teve problemas com pelegos. Quer dizer, exceto por um certo pelego que descia sua rua xingando, e ele começa a imitar o pelego bêbado, que mal conseguia ficar em pé. “Um coitado, era um coitado, ele bebia muito. O nome dele era Lotério. Já morreu faz tempo. Quando ele estava bom ele não passava por lá, andava pro outro lado, mas quando ele bebia fazia questão de descer a Avenida xingando ‘seus queixada filho do não sei o quê! seus queixada!’. E ia todo balançando”. Os queixadas não deixavam por menos e também gritavam do outro lado. “Seu Pelego”.

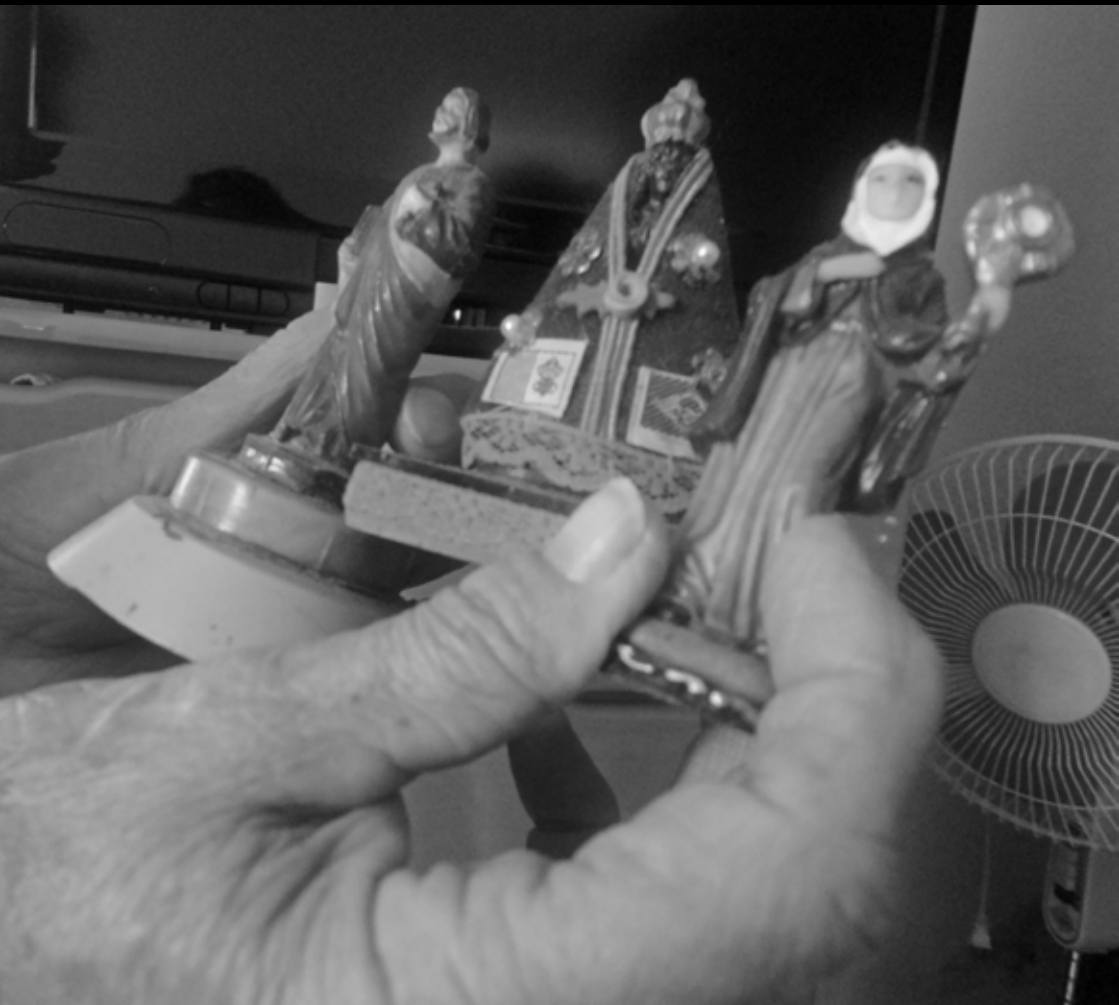
Aroldo lembra também que as pessoas com mais poder aquisitivo e os pelegos humilhavam os queixadas, principalmente aqueles que moravam no Triângulo. “Eles punham restos de comida na porta dos outros

pra dizer: - Toma os restos de comida, já que vocês estão passando fome! Aquilo era uma humilhação tremenda”.

Arlindo mesmo ouviu muitas discussões entre adultos. Tinha muitos amigos filhos de pelegos. A richa, entretanto, nunca o influenciou. “Tinha discussão com vizinho, mas nunca coisa de brigar ou matar. Tinha a richa de falar mal, queixava passava de cabeça baixa, outro virou a cara”. E estufa o peito enquanto simula as situações.

Dona Olinda que, na época, era uma apoiadora da greve junto ao seu marido, hoje acredita que essa greve foi muito dolorosa. Meu marido entrou, pois tinha receio de ser tachado de pelego. Era assim na rua “seu pelego!”. “Seu queixada, que não trabalha!”. Pressão para os dois lados. No melhor estilo se correr o bicho pega, se ficar o bicho come, a greve não foi fácil para ninguém. Anos depois, ela conta, que Anastácio admitiu também ter sido contrário à greve.

Aquele mesmo ambiente onde Aroldo deu tantas risadas entre seus companheiros, é o mesmo que hoje faz a voz do homem falhar e trazer à tona uma das piores lembranças da greve. “Até hoje tem gente que não fala um com o outro por causa disso aí, dessa greve de 1962. Quantos anos faz isso aí? Parentes mesmo, um virou a cara pro outro, porque um furou, outro se manteve na greve, aí esse que se manteve na greve acha o outro traidor, não se cruza...”. Poucos dias antes de nosso encontro, Seu Aroldo estava passeando por Perus, quando de repente um antigo pelego o abordou no meio da rua para justificar as razões pelas quais entrou na fábrica. “Putz, meu, já passou tanto tempo disso aí”.



Capítulo 12

Abdalla fecha o cerco

12. Abdalla fecha o cerco

Abdalla também interveio com o comércio local para que não vendessem mais aos grevistas.

Naquele tempo, os comerciantes de Perus não usavam sequer máquina de registro. Hoje, compra-se com cheque ou cartão. No período, era fiado e tudo anotado em uma cadernetinha. “Cada família tinha uma e comprava no armazém do Gasparzinho, do Machado, do Seu Vicente”, diz o ex-comerciante Elias.

E, claro, que entre tantos fregueses, muitos destes também eram da fábrica de cimento. Elias faz questão de enfatizar que a maioria deles era da fábrica.

Tião, que viu as assembleias da Greve de 46 dias do balcão do Seu Maia, lembra bem da opinião do chefe em relação aos queixadas. Maia gritava aos quatro ventos “aquele comunista, aquele arruaceiro, que tá lá falando”, falava o chefe, em referência ao advogado Mario. “Eu ficava quieto só. Ficava só olhando a maneira como é que os ricos agiam. Eles ficavam doidos porque se falava muito mal do Abdalla...”. O Mau Patrão, para eles, era um homem muito bom.

Na grande greve, muitos comerciantes boicotaram o grupo e pararam de vender aos sindicalistas. Mas houve também os que ajudaram

enquanto podiam. Seu Machado, dono de um pequeno armazém, foi um deles. “Ele apoiava muito, mas depois, sem receber, não dava mais. Ele precisava comprar e não recebia, tinha uma boa parte de queixada que dizia ‘É, quando nós ganharmos a greve, eu pago!’ Mas não é assim, né? Os caras tinham que se virar. A maioria, era tudo na caderneta na época”, fala Aroldo, sem ressentimentos.

Elias oscila um tempo. Como bom argumentador, traz exemplos da atualidade, para explicar os prós e contras de uma greve. O senhor, que lê o Estadão fielmente todos os dias pela manhã e assiste sempre ao noticiário da TV, comenta sobre greve dos ônibus no Rio de Janeiro e traz uma hipótese de greves nos trens. E, no final de toda sua argumentação, mostra que, para ele, uma greve é boa e interessante para aqueles que estão reivindicando, mas para quem não está, é motivo até de ficar emputecido.

No princípio, um tanto de comerciantes ainda forneciam alimentos e demais mercadorias a quem era queixada. “Pois imagina, eram pessoas excelentes, pai de família, gente honesta, geralmente, 90% deles, era de origem rural, simples, que vinham trabalhar aqui. Não eram encrenqueiros, nem briguentos, nem nada”, conta Seu Elias, lembrando do período no qual muitos comerciantes chegaram até a falência, já que não confiavam em vender pra queixada, que era a maior parcela da população.

Foi o início de tempos difíceis em Perus. De um lado, os queixadas, lutando por seus direitos a todo custo e com toda razão. De outro, uma população que vivia direta e indiretamente do pó de cimento,

que movimentava e aquecia não só os fornos da fábrica, mas a economia do próprio local. “Eram pequenos comerciantes como eu era, gente pequena. Um pouco dá pra fazer, mas chegou num ponto que não podia fornecer mais e isso causou certas antipatias”, contou Elias.



Humberto Miller

Elias Aoun, comerciante de Perus na época da greve

O comércio de Elias não foi à falência. Mas como todos os outros, também sofreu consequências. Mas reconhece que aqueles operários que não lhe pagaram era porque, de fato, não podiam. Tanto é que, passado três a quatro anos da greve, muitos deles vinham com suas

cadernetas nas mãos para quitar a dívida que nem mesmo Elias se lembrava. “Vários queixadas chegavam e diziam ‘Seu Elias, o senhor tem marcado ainda a minha ficha?’ E eu dizia tenho. ‘O senhor sabe quanto que eu fiquei devendo?’ E eu respondia que já fazia quatro ou cinco anos. ‘É, o senhor vê quanto eu devo? Com juro?’ ‘Não, sem juro!’. E dava oitenta cruzeiros ou cem cruzeiros.

Durante todo esse período, Antônio Gastalho, assim como os fregueses de Elias, anotava, mensalmente, o aluguel que devia à irmã, pois morava em um dos quartos de sua casa. Anotando tudo em caderneta, o homem de honra e de palavra, pagou cada centavo à irmã e ainda ajudou a noiva e a família a se estabilizarem quando se mudaram para São Paulo. Depois de dois anos, quando arrumou um novo emprego, quitou as dívidas e também se casou.

Elias relembra que soube de casos de gente que passou até fome. Na época, arrecadavam-se alimentos e doações diversas. “Mas uma dona de casa não tinha tudo aquilo que tinha quando o marido trabalhava”.

Com pesar, Aroldo relembra dos tempos difíceis. “Agora, se for contar o que eu sofri na época de queixada, eu não quero nem lembrar!”. Foram muito humilhados aqueles homens que só queriam trabalhar. E para gente simples, acostumada a garantir o sustento da família com o ofício, ficar impossibilitado de exercer esse trabalho era como estar fora de seu “habitat natural”. Ele lembra que passaram dificuldades, mas nunca necessidade. O pai teve que vender parte de um terreno no início da greve, antes de todos se reestabelecerem.

Antes dos queixadas se reestabeleceram, muita gente passou necessidade pra valer, teve gente que chegou a se matar. Seu Tião ficou devendo oito meses de aluguel, por sorte o dono da casa também era grevista. “Quando eu recebi o primeiro salário de quinze dias de serviço, era a mesma coisa que pegar um pingo d’água num tambor de duzentos litros. Era nada.” Lembra rindo.

Dona Olinda morria de vontade de comer frutas diferentes, mas, nesse período, boa parte dos donos de vendinhas pararam de fornecer aos queixadas. “Eles não podiam, né?”, indaga. Afinal, naquele tempo, não tinha cartão de crédito, empréstimo no caixa eletrônico, nada disso. Era dinheiro, e para passar o mês marcavam na caderneta as compras da casa, quando o dinheiro chegava. “Décimo dia útil era dia de receber. E no dia 25 o adiantamento, o vale que faltava”. Nesse dia do mês, pagavam o estabelecimento e começavam uma nova conta. Sem dinheiro, sem fiado.

Aparecida ainda era uma criança e não entendia bem o que estava procedendo. “Era difícil, eu era uma criança que tinha vontade de tudo, vontade de tomar leite, tomar um sorvete, e não podia, não tinha, não podia comprar, umas coisas chatas assim”. Antes da greve, o pai costumava trazer grandes peças de mortadela, que rendia para toda a família. “Aí, quando começou todo esse negócio, não teve mais mortadela, e nem compras mais supérfluas. Nada disso não tinha mais, não dava pra comprar, tinha que comprar arroz e feijão”. Para complementar a renda, Seu João e Dona Ezaltina faziam horta em casa.

Dona Olinda recorda, com tristeza, que a greve teve início ao mesmo

tempo que ela teve uma das melhores notícias de sua vida – ia ser mãe de Maria Lucia. E aquela casa da Vila Triângulo, onde Dona Olinda gostava tanto de receber seus familiares e conhecidos, já não podia mais ser ocupada por ela e Seu Anastácio. Ao saber da greve, o patrão Abdalla disse que removeria todas as famílias.

Antes mesmo de isso acontecer, muitos deles resolveram se mudar por conta própria. Para Olinda, foi muito difícil, pois gostava de morar lá, mas ainda tinha casa própria. Desfez-se dos animais, arrumou as coisas às pressas e mudou para a casa que mora atualmente. Mas não foi fácil, a casa era alugada, e não deu tempo nem dos inquilinos saírem. “Aí eu implorei. Nós tivemos que mudar aqui junto com o inquilino. Você acredita? O inquilino ficou em dois cômodos e eu fiquei em dois cômodos. Porque ia demorar até ela arrumar uma casa pra ir embora. Eu não queria pegar o despejo no Triângulo.” E foi assim por dois meses, donos e inquilinos, cada família em dois cômodos da casa.

No fim, o despejo nunca aconteceu. A vila, hoje abandonada, teve que ser fechada por segurança, já que virou ponto de usuários de drogas.

Por trinta anos, o Grupo Abdalla tentou a desapropriação dos moradores. Sem sucesso. “O sindicato segurou todo esse tempo. Mas, teve um momento lá atrás que o sindicato montou uma associação de moradores para eles próprios cuidarem. E colocou uma advocacia, para acompanhar as ações de despejo. No processo, houve um acordo com a empresa, que alugou pra eles por, parece, que dez reais por mês. Mas, era um truque, né. Porque

aluguel é diferente. Conclusão, a empresa chegava neles, oferecia três mil reais pra eles saírem e eles saíam. Quem lutou, resistiu, e não quis sair tá aí até hoje”, é o que diz Sidnei, ao observar sua antiga residência.

Lá, uma família ainda resiste, ou o que restou dela. Dora, filha de Queixada, e o vizinho caseiro da fábrica, moram sozinhos na vila fantasma.

As outras casas abandonadas ao bel-prazer do tempo já não servem a ninguém. “Sem portas, sem janelas, só não foram derrubadas, porque têm medo, por ser patrimônio histórico tombado”. Há muito, o mato tomou conta das moradas e da igreja, no centro do Triângulo. As casas, todas geminadas e iguais, estão vazias, mas transbordam em memórias. Os moradores saíram tão às pressas, que a obra iniciada nos fundos de uma das casas, nunca foi concluída. O teto todo rachado pelas infiltrações denuncia o abandono.

Mas nem todas as famílias tinham outro endereço, como teve Dona Olinda. Ela própria relata o caso de um vizinho, Seu Benedito Conceição, que pouco tempo depois de sair da casa que morava da fábrica, se matou. “Eles eram pobres, acho que ele se matou pela situação”. Benedito acabou se mudando próximo à plantação de eucaliptos, muito longe, passando muita necessidade, conta.

E não foi o único, teve também o Pardal, Toninho Pardal, lembra Seu Aroldo, “Eu mesmo tinha um amigo que trabalhava comigo, que era queixada e se enforcou, por causa da greve”.

Olinda nunca passou fome, já que sua família sempre a ajudava. Lembra que na páscoa de 1963 morria de vontade de comer chocolate, mas não tinha dinheiro, quando viu o irmão entrar por sua porta. “Meu irmão trouxe bombom, chocolate e tudo, e o que eu fiz? Eu dei pra todos que estavam sentados, toda a criançadinha que estava sentada, distribuí e todo mundo comeu chocolate”. Outra história que ela recorda muito bem é quando teve que mandar a filha no dia da formatura e não tinha dinheiro para uma roupa nova. “Encurtei e fiz a blusinha pra ela ir tirar diploma, porque eu não tinha dinheiro pra comprar. Era tudo com dificuldade”. Até hoje tem fotos.

Para driblar o cerco de fome, os queixadas receberam doações de toda São Paulo e de outros estados. Um fato recordado por todos e também por Aparecida, foi a distribuição dos pães feita pelo sindicato. Quando o sindicato recebeu uma enorme doação de farinha, ninguém sabia muito bem o que fazer com ela, foi quando um queixada se manifestou “Eu sou padeiro” e com a ajuda de uma panificadora local, que abriu as portas para o grevista, transformou farinha em pão, distribuída de graça entre os que mais passavam necessidade. “Os operários que não podiam comprar pão iam lá buscar o pão de graça. Tinham pessoas muito velhas que não conseguiam trabalhar fora”.

Com a aproximação da data do julgamento, que decidiria se receberiam ou não os direitos trabalhistas, os queixadas realizaram entre o natal e o ano novo de 1962 para 1963 uma greve de fome no Largo São Francisco, centro de São Paulo. “Foi muita gente nessa greve de fome. Eu não fui porque se eu participar de uma greve de fome com esse meu corpo aqui”, fala Seu Aroldo, rindo dele próprio. De fato, Seu Aroldo é

muito magro. Mas, ele não ficou totalmente de fora, foi algumas vezes visitar os companheiros no centro. Têm na memória as tantas pessoas morando em barracas e bebendo apenas água. “Eu fui lá ver, às vezes, lá, pessoas deitadas naquelas cabaninhas lá, sofrendo lá tomando uma água. Em greve de fome e gente fazendo pouco caso, não sabendo da situação. Sofreram muito, pessoal simples de lá, que nem eu”.

E esse foi apenas um dos protestos de maior repercussão. “Eu lembro de um tempo de Natal. Meu pai contava e a gente sabia por mais bocas, que eles iam pra Avenida Paulista pedir colaboração nos prédios”. Um tanto de queixadas estendiam um grande lençol aos pés dos prédios e, do alto de suas janelas, jogavam dinheiro em apoio ao movimento. E, no mesmo ano, Aparecida ainda lembra. “No tempo de natal, eles arrumaram um monte de brinquedo pra dar para os filhos dos queixadas. Então, a gente foi lá buscar. Nossa, fiquei tão feliz! Levei meu irmão também. E muita gente foi lá buscar o brinquedinho. As crianças mesmo iam lá pegar. Ganhei um ferrinho, meu irmão um carrinho, umas coisa assim e a gente ficava feliz. Apesar do sofrimento, a gente não achava que aquilo era sofrimento. Hoje que eu recordo, aquilo pra mim era um máximo”.

Com situação cada vez pior, em 1963, os queixadas começaram a procurar novos meios de sustento. Mesmo empregados em novos lugares, o grupo continuou com a luta. Em 31 de março de 1964, o sindicato sofreu intervenção militar. Mario, Breno e outros dirigentes foram presos e interrogados. “Tem gente que sofreu nas mãos dos caras. Nessa época, eu já tava na prefeitura e não fiquei muito aqui. Mas quem ficou

aqui sofreu muito. João Breno, ele sofreu muito”, recorda com pesar Aroldo. O advogado foi afastado do sindicato. Mas mesmo fora, continuou defendendo as reivindicações queixadas.

Mario relatou posteriormente que, durante a ditadura militar, ficou mais difícil o contato coletivo com os queixadas, que sofriam inquéritos e eram tido como criminosos. Como diria Elias, nos tais anos de chumbo, os passos dados pelos queixadas assustava quem não fazia parte daquilo tudo. Moradores falavam, quase ao pé do ouvido, que era algo muito arriscado o que os operários da fábrica faziam. Para quem estava de fora, aquilo parecia motivo até de prisão. “Era uma temeridade, não se devia fazer isso”, diz Elias, que afirma que os de fora tinham pena do risco que os queixadas corriam. Seja na vida financeira ou na família, esses homens assumiram todos os riscos.

Em 1965, 501 queixadas estáveis entraram com um novo processo trabalhista. Eles perdem o julgamento na Junta de Conciliação por dois a um. No segundo, a causa também foi perdida. Dessa vez, com quatro favoráveis, quatro contra e o voto do presidente desfavorável aos queixadas. Com o cancelamento desse julgamento, o processo é levado ao Rio de Janeiro.

Depois de quase dois anos parado na justiça, volta a ser julgado em São Paulo, em 1967. Para o novo julgamento, o advogado elaborou e distribuiu dez mil exemplares do memorando de 164 páginas chamado “A Greve de Perus nos Tribunais”. Enquanto esperavam essa ação, o processo que reclamava a indenização de cerca de trezentos funcionários não estáveis já havia sido perdido.

Irmãos que lutavam juntos não tiveram a mesma sina. Foi o caso da família de Aroldo e Ramiro. Eles, que por tantas vezes confortaram a mãe dizendo que a greve daria certo, agora tinham que explicar que um dos filhos não iria receber nada pelo tempo de reivindicação. “É, às vezes, tinha que discutir, explicar a situação pra ela. ‘Vai dar certo, vai dar certo’. Acabou não dando. Acabou dando certo pra esses dois meus irmãos que receberam, eles tinham mais de dez anos. Mas eles receberam tudo, né?”

Com a divulgação do material e a constante persistência dos queixadas, o processo que envolvia os trabalhadores estáveis foi ganho, dando a eles o direito de voltar à fábrica.

A direção foi obrigada a indenizar todos os 501 trabalhadores e teve que pagar os salários com reajustes, juros e correção monetária. “O revisor do processo, reexaminando os autos (seis volumes), modificou o seu voto e permitiu que o julgamento fosse modificado: os trabalhadores estáveis passavam a ter o direito de voltar ao serviço da Perus” lembra Jesus⁶. Os trabalhadores também ganharam no Tribunal Superior do Trabalho (TST), o caso foi apreciado onze vezes.

Dos estáveis que voltaram a trabalhar na Fábrica, Seu Ramiro é um dos poucos que ainda está vivo. O pai de Olga também voltou. Tentando também descobrir a história do pai e a sua, Olga indaga Seu Ramiro sobre o dia da volta. “O primeiro dia foi duro. Foi duro quando eu fui pegar o meu cartão lá no meio, mas entrei com o peito estufado mesmo, eu sou queixada, eu sou eu. Nós ganhamos a greve, vou voltar pro meu lugar”.

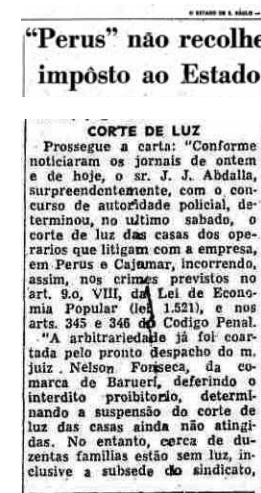
⁶ Fala extraída do livro “Cimento Perus – 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de Cultura Municipal”. Organizado por Mário Carvalho de Jesus.

As greves dos pelegos

Em 1965 um novo presidente, pelego, é eleito no sindicato, depois do afastamento do ex-presidente João Breno e do advogado Mario. Com pouca credibilidade entre os trabalhadores, em agosto de 1965 Mario volta a trabalhar para o sindicato.

E se os pelegos achavam que dentro da fábrica estariam em melhor situação, se enganaram. Nesse ano, Abdalla continuou a atrasar os salários de pelegos e pescoços, as constantes violações do Mau Padrão foram denunciadas nos jornais e pelo próprio delegado de trabalho. No mesmo período, pelegos e pescoços organizavam greve contra Abdalla por conta de salários atrasados.

Em resposta, Abdalla cortou a luz das casas dos operários que haviam participado da paralisação e que ainda ocupavam as moradias da fábrica. Entrou com ações de despejo contra eles, mas a investida teve sucesso, o poder determinou o restabelecimento da energia. Insatisfeito, o empregador solicitou à *Light*⁷ o corte da eletricidade da própria fábrica e das pedreiras em Cajamar. Mas, com má repercussão do caso pela imprensa, Abdalla desiste do corte. O despejo foi bloqueado pela justiça.



Matéria d'O Estado de S. Paulo de 23 de dezembro de 1965

⁷ Companhia canadense, S.Paulo Tramway Light and Power, responsável pela iluminação paulistana no período.

No meio de sua sala, Arlindo começa a refazer o cenário de uma piquete, que se deu nesse período. Sempre muito descritivo, faz do ambiente cenários e verdadeiras viagens históricas, enquanto aponta para um lado e para o outro, refazendo em sua fala os locais pelos quais passou.

Certa vez, rodou o boato que chegou a Arlindo que havia um carregamento de óleo chegando via a linha do trem maria-fumaça. Todos os queixadas se juntaram em paredão e permaneceram no meio da linha do trem e não deixaram a locomotiva passar.

Diversas pessoas se reuniram em uma rua que dava acesso à fábrica. “Não havia portão, era só uma rua, com asfalto e terra, tudo misturado”. Mas era um ponto estratégico para impedir que os caminhões, ou qualquer veículo entrasse. O lema era “ninguém entra, ninguém sai”. Na verdade, a piquete não era autorizada. “Não podia, mas a gente, queixada em bando, nunca dizia não. Por isso esse nome: queixada”, orgulha-se de ter participado como pôde da luta daqueles trabalhadores. “Eu me lembro que eu participei balançando jipe pra não entrar, porque os caras queriam entrar na marra e não podiam. Enquanto isso, as mulheres também entravam na frente, para não deixar nenhum veículo entrar.” De menino e adolescente travesso, passou a empenhar sua energia na luta queixada.

Parte 3: A recompensa



Capítulo 13

O fim da greve dos sete anos

13. O fim da greve dos sete anos

Em janeiro de 1969, com os resultados positivos nos tribunais, os 501 estáveis ganham o direito à indenização e de voltar ao trabalho. Só 309 voltaram às suas atividades. E teve até foguetório, lembra Aroldo. Foi assim que ele ficou sabendo do final da luta.

Muitos haviam morrido e outros escolheram permanecer em seus novos empregos. Ramiro foi um dos que voltaram. Mesmo sendo difícil, ele, como bom queixada, jamais abaixou a cabeça pra quem o olhasse torto. “Lembro, lembro. Porque, naquele tempo, eu estava em Cajamar. Eu voltei da greve trabalhando lá. Tinha um superintendente que não deixava o pessoal falar com os queixadas. Eles fugiam da gente. Mas, depois, foi se entrosando. Chegaram à conclusão que não era nada daquilo que eles julgavam ou que falavam pra eles. Achavam que nós éramos todos terroristas”.

Antes da greve, Ramiro possuía uma bancada, onde depositava suas ferramentas. Ao voltar, fez questão de marcar território, ocupando sua antiga posição. “Quando eu entrei já tinha um outro no meu lugar. Falei pro Willie, que era o chefe lá ‘Willie essa bancada é minha, traz minhas ferramentas, arruma tudo que eu vou ficar aqui.’ ‘Mas eu vou pôr você em um lugar melhor’. ‘Você põe em um lugar melhor depois, agora eu vou assumir aqui, no meu lugar’ ”.

Quando soube que voltariam à fábrica, Antônio Gastalho não pensou duas vezes. Funcionário desde julho de 1952, resolveu deixar para trás os outros quatro anos na empresa Mobilínia. O caminho mais rápido para se aposentar e também o gosto de entrar na fábrica depois de tanto de tanto tempo, soou mais alto. “Meu tio, irmão mais novo falou ‘Ah! Onde já se viu largar o emprego?’, achava que ele tinha que continuar onde estava”. Olhando a foto de Gastalho nas mãos de Olga, Ramiro fala que se aposentou um ano depois do colega de trabalho, em 1986.

Carteira de trabalho de Antônio Gastalho, que se aposentou trabalhando na fábrica.

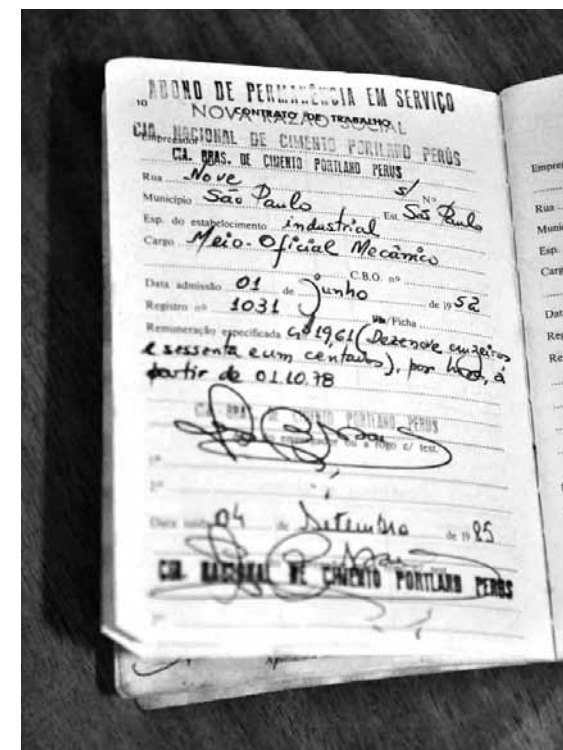


Foto: Sônia Bischain

Desse momento, é com alegria que Aparecida conta que o pai foi um dos operários que puderam retornar à fábrica e que também receberam a indenização. No dia do pagamento, não estava em casa, já trabalhava fora, no centro de São Paulo. Quando chegou, às sete e meia da noite, a alegria de toda a família parecia transbordar. “Foi assim, uma alegria total, pra mim, então, que acompanhei tudo, que ia às assembleias, foi bem emocionante”. Casa própria e televisão a família já tinha. O sonho de Seu João era outro. “O sonho do meu pai era comprar um carro. Comprou um fusca, um fuscão da época, azul”.

O pai de Dair Gonçalves aproveitou para erguer a primeira casa de tijolos da família. Antes, moravam em um puxado de barro. Até terminá-la, o amigo João Domingos, vizinho queixada, ofereceu a eles estadia.

A greve, no entanto, não foi totalmente ganha. Os queixadas não estáveis não obtiveram direitos do benefício, muito menos de voltar à fábrica.

Tião Silva foi um deles. Mas lembra com alegria do fim da greve. “A maior alegria era da volta na fábrica. Mais do que receber o dinheiro, a questão de honra era voltar na fábrica. Tanto é que o Breno quase teve um troço quando entrou na fábrica. Sabe a pessoa ficar parada assim e não saber se ri ou se chora? Foi um negócio muito forte. Muito forte”.

Quando questionado se em algum momento se arrependeu de ter entrado na greve, a resposta é direta e reta. “Não. Nunca. Nunca me arrependi.” Fala com a firmeza dos queixadas. “Com uma turma dessa, eu faria tudo de novo. Eu teria coragem de fazer

tudo de novo.” E ri, ri gostoso, como quem lembra de uma partida de futebol com a turma.

Mas não é todo mundo que recorda do fim da greve em tom de festa. “Eles voltaram e ganharam uma boa indenização - eu não ganhei - e a briga, a briga era a mesma, dos queixadas. E eles ganharam e eu e outras pessoas não ganhamos e não voltamos. A luta era igual de todos eles, é que uns voltaram e outros não, por causa dessa lei da estabilidade”.

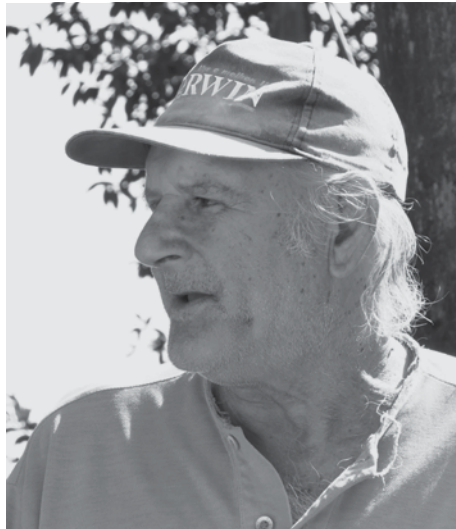
A voz do aposentado Aroldo muda, conta com ressentimento de tudo, nos fala que, na verdade, não gosta nem de lembrar daquele tempo. E logo completa a história, como quem conta um final feliz. “Mas aí, eu consegui um emprego público. Fiz um concurso, entrei na prefeitura, me aposentei pela prefeitura, não pela fábrica de cimento”.

“Os anos se passam e a vida é finita”. É essa frase que faz Elias trazer o caso do compadre Antônio Jacinto, que morreu sem presenciar a vitória. “Trabalhava como pedreiro, morreu e quem recebeu alguns benefícios, depois, foi a viúva. O mais difícil ele não conseguiu ver, coitado! E poucos sentiram o prazer da glória e da satisfação”.

Um desses que nada recebeu era, inclusive, o falecido caseiro de Seu Elias. João di Simone, já meio idoso, depois de muita labuta, conseguiu uma aposentadoria. Morava em uma casa alugada, quase que não dava pra se virar. Foi ser caseiro de Seu Elias e lá ficou até morrer. Pouco tempo depois do comentário, eis que seu filho, Genésio de Simone,

aparece na porta da copa de Seu Elias. Sem camisa, calça jeans batida e botina no pé, sequer imaginava que a conversa do patrão era sobre seu pai e uns tantos iguais a ele.

Pedimos que entrasse. Meio avexado, se aproximou da mesa. O cumprimentamos. Continuava sem jeito, permanecia de cabeça baixa ao falar e não nos encarava. Herança do pai, um senhor que também era de pouca prosa. Mesmo Seu Elias tendo todo esse conhecimento sobre os ocorridos, alega que ele e o falecido caseiro nunca chegaram a falar muito sobre o período. Era um homem simples. Genésio não se lembra de muita coisa. Hoje, também já tem uma boa idade. Mas se recorda que chegou a trabalhar na fábrica na década de setenta.



Genésio de Simone, filho de queixada. Seu pai não recebeu os direitos da greve.

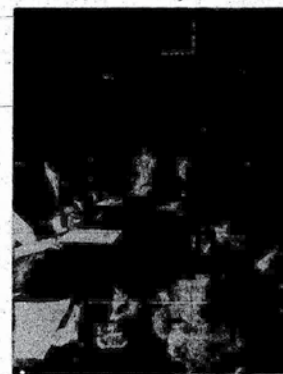
Só quase dois anos depois que os trabalhadores receberam os direitos. Tião, e os demais não estáveis ganharam uma indenização simbólica dada pelos companheiros estáveis, de 10%. “Eles ganharam, receberam, mas nós não tãmo junto? Qual era a obrigação deles?” Dividir? Indagamos. “Mas tudo bem! Ganharam, ganharam, não podemos exigir deles mais. Por justa razão, se for por luta. Eles ganharam não sei quantos mil cruzeiros e eu ganhei... mil e duzentos. Fizeram uma vaquinha lá, tirando um pouco de cada um, e deram o dinheiro para aqueles que não ganharam”.

Aroldo admite que, com o decorrer da greve, a união foi enfraquecendo. Mas não se arrepende em momento algum de ter participado dela. “Não, não me arrependo, não. O que eu fiz tá feito! Fiz por querer, se fosse me arrepender eu tinha furado a greve.”

Mas a luta ainda não havia acabado. O Mau Patrão não tinha previsão para os pagamentos. Para isso, o sindicato apresentou algumas soluções, entre elas o pagamento por meio da produção da fábrica.

O problema com Abdalla, porém, não era unicamente com os trabalhadores de Perus e Cajamar. Abdalla era investigado pelo governo, pela gestão fraudulenta da Usina Miranda - empresa do grupo que teve falência decretada em 4 de abril de 1967 - e era mantido vigiado pelo governo, como é possível ver nos prontuários do DOPS 52Z-0-1758, 52Z-9-6265 e 52Z-9-6266.

Abdalla: acusação sairá até 2.a-feira



O mau signo

Operários das empresas do grupo Abdalla discutem, na Secretaria do Trabalho, a sua situação. Na parede, o retrato do empresário, que foi titular da pasta no governo de sr. A. de Barros.

Até a próxima segunda-feira, e mais tarde, o procurador regional substituto do Trabalho, sr. Reginaldo Allen, encaminhará à Procuradoria Geral de Justiça do Estado a representação criminal contra o sr. J. J. Abdalla, proprietário do poderoso grupo industrial-bancário-comercial, agrícola e autor de uma série de crimes contra seus empregados. Por sua vez, dirigentes de sindicatos e da Frente Nacional do Trabalho solicitarão a duas altas autoridades a retirada da cobertura policial que o governo do Estado vem prestado a esse grupo. Entretanto, continua na sala do secretário do Trabalho um retrato do “mau patrão”, que já foi membro do governo A. de Barros, há anos.

ATE 2.A-FEIRA
O procurador regional do Trabalho substituto, sr. Reginaldo Allen, informou ontem que até segunda-feira próxima já terá seguido para o sr. Gregório da Silveira, procurador-geral de Justiça do Estado, a representação criminal que fará contra o sr. J. J. Abdalla.

O sr. Allen está estudando o enquadramento processual penal do “mau patrão”, à luz das provas e do despacho do ministro Walter Pereschi Barboza. O sr. Reginaldo Allen deverá, preliminarmente, entrar em contato com o sítio do Brasil, tendo em vista que um dos crimes imputados a esse político cassado pela Revolução é o de haver emitido cheques sem fundo, em pagamento de um de seus operários.

J. J. Abdalla volta ao xadrez por uma noite

Dois anos e 40 dias depois de tomar posse dos bens confiscados de J. J. Abdalla, pelo governo, a comissão federal descobriu que ele esconde documentos e livros contábeis de suas empresas. Por isso, em grande operação policial e jornalística, o mau patrão foi depurado pela Polícia Federal, depois de passar a noite detido no presídio da rua Piauí, após outras quatro detensões das empresas do grupo. Após o depoimento, todos foram liberados.

A notícia da prisão de Abdalla chegou aos jornais, emissoras de rádio e televisão de manhã, quando uma pessoa que se identificou como agente federal acusou, pelo telefone que J. J. Abdalla estava vivo e seria apenado, amanhã, às 14 e 30 horas, no cartório da rua Xavier de Toledo. Não houve maiores explicações.

As 15 horas, quando uma pequena multidão se aglomerou na porta do cartório, curiosa aparência nas janelas dos edifícios próximos e o trânsito começava a ficar congestionado, surgiu uma viatura policial, com as lanternas acesas, encabeçada, e J. J. Abdalla, desceu, saindo para as câmaras e o tribunal. A seu lado, o irmão

Antonio Abdalla mostrava fisionomia assustada, a princípio, mas depois de olhar e ler não passou a imitar seu largo sorriso.

Os agentes levaram Abdalla — sem algemas — e os outros cinco detidos até o Rio andar do prédio, o cartório da Polícia da Fazenda, onde uma porta metálica fechou, impedindo que a imprensa acompanhasse o depoimento.

O primeiro esclarecimento aconteceu alguns minutos depois, quando um dos repórteres foi recebido no gabinete do superintendente da Polícia Federal e voltou com a incumbência de explicar aos demais que estava sendo aberto um inquérito contra Abdalla, a pedido do chefe da comissão federal de verificação de seus bens, Antonio Carlos da Silva Bueno, e os motivos eram a suspeita de livros e documentos da empresa confiscadas.

de dar é o Antonio Carlos da Silva Bueno, da comissão interventora, na rua João Belchior, Antonio Bueno, contido, estava viajando, de acordo com informações de sua secretaria, e os outros integrantes da comissão se deslocaram impedidos de ir, por motivos hierárquicos.

Fonte altamente credenciada, ligada à Justiça Federal, afirma que o inquérito contra Abdalla é o desaparecimento de livros contábeis da Companhia Brasileira de Produção e Emprego, Cibrape, uma das empresas confiscadas. Abdalla alega, a princípio, que a Cibrape não possui. A comissão sabe, depois, pelos jornais, que ele usara de um expediente denominado para “revivizar” essa companhia: uma das indústrias pertencentes à Cibrape, a Atividade de Ferro, divida parte para duas ruas, em Campinas. Como a comissão de controle continuava a tomar posse dessa empresa, a entrada principal na rua Francisco Teodoro, 561, foi fechada, e surgiu outra empresa (não fundada na rua Sabão e Oliveira, 150, a “Açúcar Imperial”, registrada em nome de João Abdalla, superintendente).

A milícia a comissão de controle atribuiu mais explicações por que pediu a intervenção do DOPS.

Quando as denúncias vieram à tona, até quem era a favor do empresário, ficou contra. E o homem, fazedor de churrasco e prometedor de hospital, foi desmascarado pelo Poder Público. “Soube que o homem – Abdalla – não pagava muito imposto, comprava coisa sem nota”. E a greve, que antes nem era tão bem vista por Elias, passa a ter sentido. “No começo, a greve era antipática, mas quando começaram a saber que o homem tinha rabo de pato, a greve começou a ficar simpática e virou-se o jogo. A gente achava o operário errado e depois passou a ver que o patrão que era o errado. E ele era um errado proposital”.

As fraudes da família Abdalla prejudicavam não só os queixadas, mas a própria União, tanto que em maio de 1973 o Ministério Público Federal apresentou denúncia contra todos os responsáveis pelo Grupo, por crimes previstos nos artigos 199⁸ e 203⁹ do Código Penal. Em julho de 1973, o Governo Médici confisca os bens da Companhia. Com todos os processos e confiscos, a empresa decreta falência no mesmo ano.

Em outubro de 1974, quase cinco anos após o fim da greve, o pagamento dos grevistas referente à paralisação dos sete anos, foi finalmente decretado.

Mas com a falência da fábrica, quem pagou os salários foi a União e não o Grupo Abdalla. O Governo depositou, em novembro de 1975, mais de 18 milhões de cruzeiros para pagar os salários dos queixadas.

Sob a luz de velas, o sindicato ainda estava sob intervenção, os trabalhadores receberam, enfim, os dias trabalhados. “Foi a maior ale-

⁸ Art. 199 – Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional.

148 ⁹ Art. 203 – Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho.

gria. Quando chamaram o meu nome Ramiro dos Santos, eu dei um pulo! Esse aqui agora ninguém tira”. E o dinheiro do queixada já tinha destino certo. “Eu aproveitei bem, tostão por tostão. Minha casa era pequena, e eu tinha moço e moça que dormiam no mesmo quarto. Então eu fiz outro. Fiz uma cozinha nova, e da cozinha eu tirei o azulejo, coloquei o taco e fiz outro quarto. Fiz outro banheiro, por que era muita gente pra um banheiro só”.

Ao pegar as coisas escritas do pai, Olga começa a ler o que ele havia escrito no dia que Gastalho recebeu a indenização. Naquele momento, não era Olga ali, mas Seu Antônio, naquelas linhas escritas atrás de um documento de incentivo à greve. “Eu fiz parte da grande luta”, dizia o início do trecho. Nesse momento, a presença do queixada se fez viva ali naquela sala, e mãe, filha e jornalistas tinham a certeza de que essa história continuava também viva.

Mário Carvalho de Jesus
advogado

Novembro de 1974

Recebi os meus direitos da grande luta
que foi a greve igual ~~50.000,00~~ 50.000,00
Cinquenta mil cruzeiros ~~5.000,00~~ 5.000,00

Recebi livre dos 10% adq. 45.000,00
e mais o desconto do I.N.P.S. estas ficam
destinado a gratia - de ~~43.900,00~~ 43.900,00
Quarenta e tres mil e novecentos cruzeiros livre
do I.N.P.S. e o honorario do advogado.

Que supuzer no acabamento da casa, com o valor
do serviço do pedreiro.

NS do cheque da ~~72.573~~ 72.573 - recubi
so o capital processado a 1963
igual a ~~25.201,00~~ 25.201,00 23/09/81

Fruto do suor e trabalho de Orlando Paes, o terreno onde hoje é a residência de Arlindo, só pôde ser comprado graças ao dinheiro que recebeu por ter participado da grande greve. “Quando meu pai recebeu, lembro até hoje, parece que foi 40 mil cruzeiros. Ele aguentou sete anos de greve e, quando ele conseguiu receber a indenização, porque nós não tínhamos casa própria, ele comprou do meu avô, que também trabalhava na fábrica. Só não foi queixada, porque já tinha se aposentado. Eu fiz questão de vender o terreno que eu tinha, pra construir aqui. Porque a minha mãe, quando era viva, ela dizia ‘gostaria tanto que um filho meu comprasse aqui pra passar de pai pra filho sempre’. Ele suou tanto pra comprar essa casa com o dinheiro da greve, e agora vai vender pra estranho? não, não, não”.



Capítulo 14

O fechamento da fábrica

14. O fechamento da fábrica

Mesmo após a grande greve de 1962, as condições de trabalho da fábrica de cimento não melhoraram: atrasos de salários e insalubridade continuavam no cotidiano dos operários. Sem previsão para a desapropriação da Perus, os trabalhadores da década de 1980 continuaram o trabalho. Mesmo com os problemas que enfrentavam, os operários aumentaram a produção de 75 mil toneladas em 1980 para 175 mil toneladas em meados de 1983.

Em 1985, a fábrica enfrentou um grande problema administrativo: a empresa Santa Rita, multinacional italiana e responsável pelo fornecimento de clínquer (matéria-prima para a produção do cimento), suspende o mesmo. A situação, que já não era boa, piorou. Completamente endividada, a indústria encontrava dificuldades inclusive de venda. Como alternativa, os trabalhadores passaram a reivindicar a autogestão, eles pretendiam produzir cimento mais barato para torná-lo acessível aos trabalhadores e moradores de Perus e região, facilitando a construção de casas populares.

Acreditavam que podiam gerir aquele império de cal e cimento. Já que, na prática, é sempre o peão que faz a roda girar, enquanto o chefe apenas muda a rotatividade. Mas a proposta não foi concretizada, por falta de argumentos que justificassem o processo. Sem compradores, a administração volta à gestão da Família Abdalla, que fecha as pedreiras de Cajamar.

A Fábrica funcionou até março de 1987, com pouca capacidade. As constantes greves, queda drástica da produção, má gestão e falta de matéria-prima, fizeram com que ela não conseguisse recuperar seus antigos índices de fabricação, culminando em seu fechamento definitivo em 1987.

Em janeiro do mesmo ano, o Governador da época, André Franco Montoro, tomba como patrimônio histórico do Estado a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, por meio do Condephaat. A linha férrea é umas poucas com bitola estreita do Brasil, ou seja, que tem 60 cm de comprimento entre os trilhos.

No bairro de Perus, com ameaça de despejos, o sindicato procurou pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina. Ela, que já conhecia a luta dos queixadas, quando vereadora em 1984, ao participar da campanha “Cimento Barato para sair do Barraco”, se solidarizou com a causa.

Em encontro com Erundina, em setembro de 1991, na presença da professora Marilena Chauí, então secretária de Cultura de São Paulo, Dom Angélico e mais quarenta trabalhadores, a então prefeita afirmou seu apoio e, em 1992, todo o perímetro da fábrica de cimento de Perus foi tombado como patrimônio histórico da cidade de São Paulo, com “assinatura do Decreto de declaração de utilidade Pública de uma área de 23 alqueires e 16.770 m² de área construída, além das vilas operárias com mais de cem casas, e mais de vinte milhões de pés de eucalipto ao lado do Parque Anhanguera”.¹⁰

A grande greve teve um fim. Mas a luta nunca terminou. O espírito reivindicador dos queixadas se faz presente até mesmo naqueles que não tiveram participação direta no processo de vida da Fábrica.

Antes mesmo de seu fechamento, operários já brigavam para que houvesse um espaço de lazer e cultura nas dependências da indústria. Luta essa que perdurou mesmo após seu fechamento e que vem se estendendo para os dias de hoje. Seja nas reuniões estratégicas ou nas peças teatrais ilustrando toda a história, os moradores e demais envolvidos estão firmes permanentemente para que a fábrica não se acabe no próprio produto que a fez surgir: pó.



Posfácio

As máquinas ainda estão lá. O depósito de pedras continua cheio. As vidraças, mesmo algumas quebradas, resistem à força do tempo. O chão começa a ruir. As paredes falam, em frases que doem ao olhar e, em outras poucas, que ainda trazem esperança.

Não se ouve mais o apito que anunciavam os turnos, tampouco da maria-fumaça trazendo mais uma leva de calcário de Cajamar. Ela ainda está ali, abandonada, após sua última viagem. Parece até que a largaram às pressas. Assistimos, de fora, ao luto, não só de um prédio, mas de todas as suas histórias.

Mas esse é um luto compartilhado. “A idade que vocês têm hoje, é o tempo que durou esse processo. Demorou décadas. Nasceram crianças. Cresceram e até se formaram. Foi um processo lento de decadência”.

Acompanhado por diversos olhos, que observam, mas não têm coragem de se aproximar. Diversas vozes ecoam no silêncio daquelas paredes, entre maquinários e salas abandonadas, onde tantas memórias já foram soterradas pelo cimento.

Cada qual sente ao seu modo o fim de um ciclo. Olinda ainda vive a greve de sete anos. Seu pesar é pelos empregos que não existem mais. Para a senhora, o bairro morreu com a fábrica, e a fábrica começou

a morrer naquele 14 de maio. “Perus regrediu do jeito que você tá vendo aqui. Perus, agora, vocês podem marcar isso – faz questão D. Olinda -, é um bairro dormitório. Sai todo mundo pra trabalhar e volta pra dormir.” Mesmo passados mais de cinquenta anos, ela ainda hoje teme que a procurem em sua casa para tirar satisfações sobre suas ideologias contrárias ao movimento Queixada.



Humberto Müller

Engrenagem enferrujada da Fábrica de Cimento Portland Perus, hoje abandonada.

Aroldo e Ramiro não gostam muito de falar do assunto, nem mesmo dizer aos filhos e netos a participação da família na luta. O assunto tampouco é levantado entre os dois. “Não, não, e eu também não falo muito, né. Sabe como é, a gente sofreu muito na greve. Não foi fácil. Eu gosto de contar coisa boa”.

Sobrou a Seu Tião Silva o legado de não deixar morrer essa história. Participa de todos os movimentos que reivindicam a abertura da fábrica à população. Mesmo hoje, aos quase oitenta anos, não abre mão de estar presente como representante vivo da Grande Greve. Batizou, simbolicamente, jovens peruenses que se espelham na ideologia queixada. Deu entrevistas para todo tipo de mídia e, agora, seu próximo destino é seguir voo rumo à Espanha, retomando a visibilidade internacional da luta.

Para Olga, falar de Perus sem falar do pai, não é a mesma coisa. A cada documento aberto, é mais uma parte do processo de descoberta de sua própria história. E a filha de queixada leva tão a sério o resgate da memória do bairro, que faz questão de levar o filho Luigi, de apenas cinco anos, a cada empreitada. Em visita à entrada da fábrica, o menino não para quieto. “Esse tava bom pra ser queixada, teimoso que é”. E Sidnei reafirma. “Esse é, puxou o avó, né?”.

Dona Maria, mesmo não compreendendo o conceito da luta naquele período, hoje ainda passa os valores da não-violência apreendidos com o marido queixada. Dona Maria fala dos perigos da violência de hoje em dia. “A gente sempre tem que estar orientando as crianças, né? Não brigar com o amiguinho, ser amigo de verdade, né?”, retomando até mesmo uma frase simples, mas de muito impacto, que Mário Carvalho de Jesus dizia aos queixadas em seus escritos “E se a gente, às vezes, discordar um do outro, que é normal, a gente precisa voltar a conversar”.¹¹

¹¹ Extraído de “Cimento Perus – 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal” obra organizada por Mário Carvalho de Jesus.

Arlindo não perde uma manifestação, seja em Perus ou no vão do MASP, na Av. Paulista. Se a força de vontade para trabalhar veio do pai, o discurso afiado herdou da mãe. Para ele, contar aos quatro ventos essa história é uma forma de torná-la viva para as próximas gerações. É no facebook que reúne os antigos amigos, compartilha fotos da Vila Triângulo ou da fábrica. Retomar essa história é questão de honra para o ex-metalúrgico, que leva consigo a firmeza dos queixadas para a vida.

“Do negócio bonito e gostoso que era, se tornou um lugar perigoso”. Aparecida lamenta o desinteresse de parte da população de um bairro que tem um histórico de lutas, que se inicia com os queixadas. “Teve um tempo que foi tombado, aí não sei por que tá aí, tudo largado”.

Hoje o sindicato está acabando. “Menos de 900 trabalhadores na base”. Vive de negociações para funcionários de escritório. Nada comparado aos velhos e bons tempos de greve. Sidnei lamenta o que virou o sindicalismo atual, que não busca mais benefícios trabalhistas. “Se preocupam mais em sortear um carro na festa da empresa, em conseguir desconto no clube”. Sindicalista, para o queixada, virou profissão, chegam lá e esquecem o que deveriam fazer, defender o direito dos companheiros. “Do meio pra linha de frente”, define o que, para ele, seria o sindicalismo em sua essência.

O sindicato pode até estar morrendo, sem trabalhadores, mas não em sua ideologia. O presidente tem planos de uma Universidade de Sindicalistas, que ensinaria táticas de negociação. Os queixadas

remanescentes ainda se preocuparam em manter o prédio como um patrimônio para a comunidade. Conseguiram tombá-lo de forma que só pode ser usado para fins culturais. Sidnei faz planos para o prédio. Cursos, bibliotecas e museu. Hoje, abriga uma biblioteca e um curso pré-vestibular comunitário, o Fábrica do ConheCimento.

O fato é que, já em pé na sua sala – no andar de baixo do sindicato – Sidnei mostra no semblante sua real preocupação. Entre muitas prateleiras de documentos, e infindáveis materiais sobre a luta queixada e a história de Perus, é nítida a batalha de Sidnei, já cansado, assim como tantos outros. O desejo é que a fábrica, os queixadas, os pelegos, os comerciantes, bons e maus patrões, mulheres e filhos, e toda essa história não seja esquecida.

Fábrica de Cimento Portland Perus: dias atuais.



Fontes de Consulta

AOUN, Elias. *Lembranças de Perus – o bairro dos minérios*. São Paulo, 2010.

CHAVES, Marcelo Antônio. *Da periferia ao centro da(o) capital : perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil, São Paulo, 1925 - 1945*. Dissertação (Mestrado em História) Campinas, SP : [s.n.], 2005.

GONÇALVES, Adilson José. “Perus”: *a Violência dos Pacíficos – uma nova arma para uma velha luta*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989.

JESUS, Mario Carvalho de. *Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em Centro de Cultura Municipal*. São Paulo: JMJ, 1992.

JESUS, Mario Carvalho de. *A Força da Não-Violência – A Firmeza Permanente*. Co-edição Layola-veja, 1977. [S.I.]

SIQUEIRA, Élcio. *Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operaria na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)*. Dissertação (Doutorado na Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas). Campinas, SP : [s. n.], 2009.

SIQUEIRA, Élcio. *Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus: Contribuição para uma história da Indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)*. Dissertação de Mestrado, Araraquara: Unesp, 2001.

JORNAIS

O ESTADO DE S. PAULO – edições de 1962 a 1980.

